

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICOR – Vice-Presidência Riscos

DECOR – Diretoria Executiva Riscos

SUCOR – Superintendência Nacional Administração de Risco Corporativo

GECAP – Gerência Nacional Gestão de Capital

# Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

## Pilar 3

2º Trimestre 2015

**CAIXA**

## Sumário

1.	Introdução .....	4
2.	Indicadores .....	5
3.	Balço Patrimonial.....	6
4.	Participações Societárias .....	7
5.	Governança Corporativa.....	11
5.1	Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital .....	14
5.2	Apetite a Riscos .....	15
6.	Gerenciamento de Riscos .....	15
6.1	Risco de Crédito .....	17
6.1.1	Estrutura de Gerenciamento .....	17
6.1.2	Modelos e Gestão.....	19
6.1.3	Limites de Exposição e de Concentração .....	22
6.1.4	Exposição ao Risco de Crédito .....	23
6.1.5	Exigência de capital para Risco de Crédito .....	29
6.1.6	Risco de Crédito de Contraparte .....	30
6.1.7	Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros e de Securitização .....	31
6.2	Risco Operacional .....	34
6.2.1	Estrutura de Gerenciamento .....	34
6.2.2	Ambiente Adequado e Processo de Gerenciamento.....	34
6.2.3	Disseminação da Cultura de Gerenciamento do Risco Operacional .....	34
6.2.4	Programa de Continuidade dos Negócios .....	35
6.2.5	Exigência de capital para Risco Operacional .....	35
6.3	Risco de Mercado .....	37
6.3.1	Estrutura de Gerenciamento .....	37
6.3.2	Modelos e Gestão.....	37

6.3.3	Carteira de Negociação.....	38
6.3.4	Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação.....	41
6.3.5	Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos .....	43
6.4	Risco de Liquidez .....	44
6.4.1	Estrutura de Gerenciamento .....	44
6.4.2	Modelos e Gestão.....	45
6.5	Demais Riscos Relevantes.....	46
6.5.1	Risco de Estratégia.....	46
6.5.2	Risco de Reputação.....	46
6.5.3	Risco Atuarial .....	47
6.5.4	Risco Socioambiental.....	47
7.	Gerenciamento de Capital.....	48
7.1	Patrimônio de Referência .....	48
7.1.1	Instrumentos Financeiros Subordinados.....	51
7.2	Adequação do Capital.....	54
8.	Comunicação e Informação sobre Riscos e Capital .....	54
	Lista de Siglas.....	57
	Lista de Tabelas .....	60

## 1. Introdução

A Caixa Econômica Federal - CAIXA foi criada em 12 de janeiro de 1861, por meio do Decreto nº 2.723, com o propósito de incentivar a poupança e de conceder empréstimos sob penhor. Desde 12 de agosto de 1969 é uma empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 759, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional.

A CAIXA é uma Instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional e auxiliar da execução da política de crédito do Governo Federal, sujeitando-se às decisões, à disciplina normativa e à fiscalização do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN. Principal agente das políticas públicas do Governo Federal, a CAIXA exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País ao priorizar em sua atuação os setores de habitação, saneamento básico e de prestação de serviços ao cidadão.

A Instituição tem presença em todas regiões brasileiras com ampla rede de atendimento, composta por agências, casas lotéricas, unidades móveis, correspondentes CAIXA AQUI e pontos de autoatendimento, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e pontos de atendimento em todas as praças do país e no exterior.

Essa rede atende, além dos seus clientes bancários, todos os trabalhadores formais do Brasil por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, do Programa de Integração Social – PIS e do Seguro Desemprego, os beneficiários de programas sociais e os apostadores das Loterias.

O gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional é supervisionado pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR.

A CAIXA possui estrutura implementada para o gerenciamento de capital e para os riscos de crédito, operacional, mercado e liquidez e observa, além desses riscos, os riscos de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental.

O Conselho de Administração é responsável pelas informações constantes neste documento acerca das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital.

O presente documento apresenta as informações do Conglomerado CAIXA, requeridas pelo BACEN por meio da Circular nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), alinhado às novas regras de capital e em conformidade com os normativos internos.

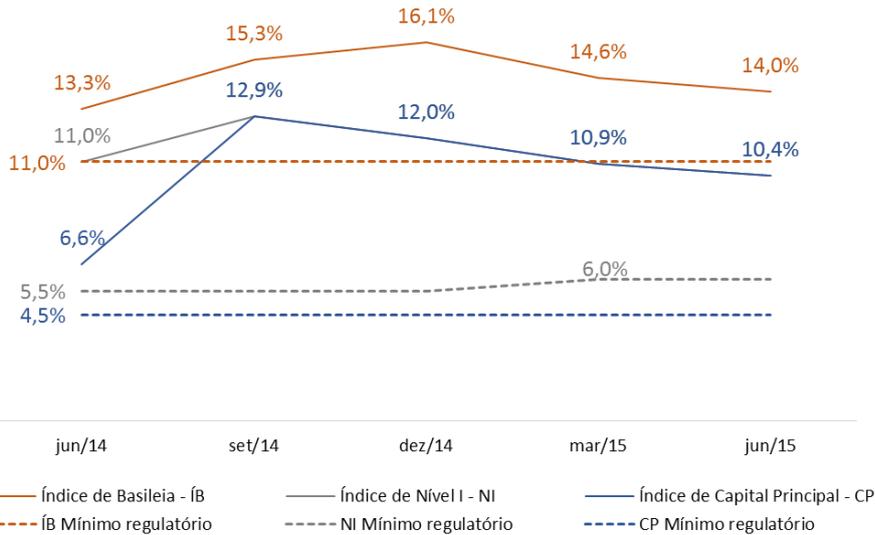
Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em <http://www.caixa.gov.br>.

## 2. Indicadores

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os indicadores de risco e capital são reportados periodicamente à Alta Administração como um dos subsídios à tomada de decisão.

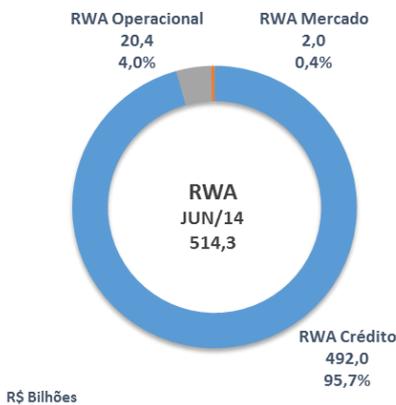
A seguir é apresentado o resumo da evolução dos principais indicadores de risco e capital.



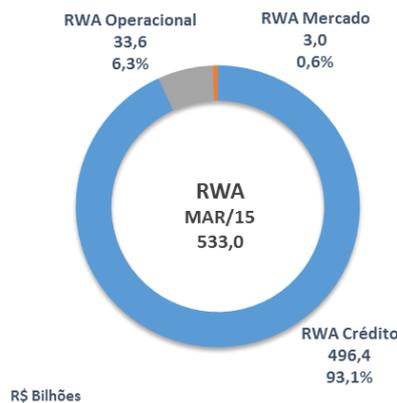
**Varição ano:**  
 Índice de Basileia + 0,7 p.p.  
 Nível I - 0,6 p.p.  
 Capital Principal + 3,8 p.p.

**Varição trimestre:**  
 Índice de Basileia - 0,6 p.p.  
 Nível I - 0,5 p.p.  
 Capital Principal - 0,5 p.p.

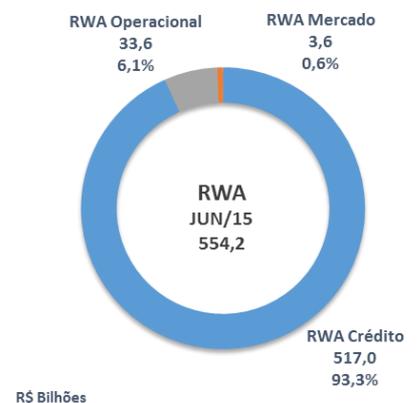
**Patrimônio de Referência**  
**JUN/15 R\$ 77,5 bi**  
**MAR/15 R\$ 77,7 bi**  
**JUN/14 R\$ 68,2 bi**



**Varição ano:**  
 RWA<sub>CPAD</sub> + R\$ 25,0 bi  
 RWA<sub>OPAD</sub> + R\$ 13,2 bi  
 RWA<sub>MPAD</sub> + R\$ 1,6 bi



**Varição trimestre:**  
 RWA<sub>CPAD</sub> + R\$ 20,6 bi  
 RWA<sub>MPAD</sub> + R\$ 0,6 bi



### 3. Balanço Patrimonial

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre o balanço patrimonial prudencial e o balanço patrimonial consolidado publicado, relacionando na última coluna os elementos patrimoniais divulgados no Anexo I.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial

	R\$ Mil			
Ativo	Consolidado Publicado	Diferença	Prudencial	Referência para o Anexo I
Ativo circulante e realizável a longo prazo	1.107.701.432	(1.312.561)	1.106.388.871	
Disponibilidades	12.848.524	185	12.848.709	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	125.713.522	16.307	125.729.829	
Títulos e valores mobiliários e instrum. financ. derivativos	170.939.130	(846.500)	170.092.630	
Relações interfinanceiras	124.512.716	-	124.512.716	
Relações interdependências	80.940	-	80.940	
Operações de crédito	608.296.714	-	608.296.714	
Outros créditos	63.344.497	(482.553)	62.861.944	
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	-	32.817	
Carteira de câmbio	4.183.607	-	4.183.607	
Rendas a receber	3.984.602	(519.422)	3.465.180	
Negociação e intermediação de valores	55.104	-	55.104	
Créditos específicos	781.382	271	781.653	
Diversos:	54.663.588	40.493	54.704.081	
- Créd. tributários - prej. fiscais e de base negativa de contribuição social			1.385.745	(a)
- Créd. tributários - diferenças temporárias			12.292.308	(b)
- Outros			41.026.028	
Provisão para outros créditos	(356.603)	(3.895)	(360.498)	
Outros valores e bens	1.965.389	-	1.965.389	
Permanente	11.460.741	1.311.294	12.772.035	
Investimentos	4.522.889	1.310.491	5.833.380	
Participações em coligadas e controladas	4.068.465	1.310.491	5.378.956	
No país:	4.068.265	1.310.491	5.378.756	
- Particip. em instituições financeiras <sup>1</sup>			879.455	(c)
- Particip. em empresas assemelhadas e seguradoras <sup>1</sup>			2.399.648	(d)
- Outros			2.099.653	
No exterior	200	-	200	(e)
Outros investimentos	674.391	-	674.391	
Provisão para perdas	(219.967)	-	(219.967)	
Imobilizado de uso	3.848.643	111	3.848.754	
Intangível	3.089.209	692	3.089.901	
Ativos intangíveis:	4.427.376	1.374	4.428.750	
- Adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013			2.294.887	(f)
- Demais ativos intangíveis			2.133.863	(g)
Amortizações acumuladas:	(1.338.167)	(682)	(1.338.849)	
- Adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013			(267.601)	(h)
- Demais ativos intangíveis			(1.071.248)	(i)
<b>Total</b>	<b>1.119.162.173</b>	<b>(1.267)</b>	<b>1.119.160.906</b>	

	R\$ Mil			
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado Publicado	Diferença	Prudencial	Referência para o Anexo I
Passivo circulante e exigível a longo prazo	1.056.638.687	(1.268)	1.056.637.419	
Depósitos	425.887.679	598.620	426.486.299	
Captações no mercado aberto	176.183.904	99.561	176.283.465	
Recursos de aceites e emissões de títulos	162.283.741	-	162.283.741	
Relações interfinanceiras	2.166.171	-	2.166.171	
Relações interdependências	685.398	-	685.398	
Obrigações por empréstimos	9.697.669	-	9.697.669	
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	190.733.182	-	190.733.182	
Instrumentos financeiros derivativos	73.939	46	73.985	
Outras obrigações	88.927.004	(699.495)	88.227.509	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.480.557	-	1.480.557	
Carteira de câmbio	264.984	-	264.984	
Sociais e estatutárias	1.652.623	(404.133)	1.248.490	
Fiscais e previdenciárias:	2.366.459	(351.107)	2.015.352	
- Provisão para impostos e contribuições diferidos			766.723	(j)
- Outros			1.248.629	
Negociação e Intermediação de valores	117.016	-	117.016	
Recursos para destinação específica:	9.554.544	-	9.554.544	
- Obrigações de operações com loterias	891.360	-	891.360	
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.638.044	-	7.638.044	
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.025.140	-	1.025.140	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	988.282	-	988.282	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.555.334	-	20.555.334	
- Dívidas subordinadas			19.740.682	(k)
- Outros			814.652	
Diversas	51.947.205	55.745	52.002.950	
Patrimônio líquido	62.523.486	1	62.523.487	
Capital social:	22.054.802	1	22.054.803	(l)
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	-	35.000.000	
- Capital a realizar	(12.945.198)	1	(12.945.197)	
Instrumentos elegíveis ao capital principal	36.086.566	-	36.086.566	(m)
Reservas de capital	167	-	167	(n)
Reservas de reavaliação	400.031	-	400.031	(o)
Reservas de lucros	6.221.877	-	6.221.877	(p)
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.839.032)	-	(3.839.032)	(q)
Lucros/prejuízos acumulados	1.599.075	-	1.599.075	(r)
<b>Total</b>	<b>1.119.162.173</b>	<b>(1.267)</b>	<b>1.119.160.906</b>	

<sup>1</sup> Participações vinculadas à CAIXAPAR e passíveis de dedução do Patrimônio de Referência da CAIXA, conforme regras previstas na Resolução CMN nº 4.192/13.

#### 4. Participações Societárias

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, com base em critérios contábeis uniformes, a CAIXA e suas controladas CAIXAPAR – CAIXA Participações S.A. e CAIXA Seguridade - CAIXA Seguridade Participações S/A, e são elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Todos os investimentos são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do CMN e BACEN.

Na aquisição de empresas controladas e controladas em conjunto, os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Nas demonstrações contábeis individuais os investimentos em controladas, controladas em conjunto e empresas coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A CAIXAPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal.

Sua constituição foi deliberada e aprovada em 30 de janeiro de 2009 pelo Conselho de Administração da CAIXA por meio da Ata 195. Tal ato foi amparado legalmente pela Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, art. 1º, que autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A Companhia encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de atuação indeterminado.

A estratégia de aquisições da CAIXAPAR almeja expandir e reforçar a atuação da CAIXA sob a ótica de complementaridade e similaridade de negócios, explorando sinergias que permitam à Controladora atingir com maior eficiência e agilidade seus objetivos.

A CAIXAPAR faz parte do escopo de consolidação do balanço patrimonial, bem como do balanço patrimonial consolidado publicado, e tem por objeto adquirir e alienar participações societárias em empresas públicas e privadas sediadas no Brasil, instituições financeiras públicas ou privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos artigos 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sediadas no Brasil. A CAIXAPAR encerrou o segundo trimestre de 2015 com ativo total de R\$ 3.657.279 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 2.852.936 mil.

Já a CAIXA Seguridade é uma sociedade por ações, de capital fechado, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e foi constituída em 21 de maio de 2015.

Sua constituição foi deliberada pelo Conselho Diretor em 14 de abril de 2015, por intermédio da Ata nº 7017/2015, submetida ao Conselho de Administração e aprovada em 23 de abril de 2015, por meio da Resolução da Ata nº 358/2015. Tal ato também foi amparado legalmente pela Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, art. 1º, que autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A Companhia encontra-se registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, é regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis, pode criar, instalar e extinguir filiais, sucursais e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável, e tem prazo de duração indeterminado.

A CAIXA Seguridade tem por objetivos:

I – Adquirir participações societárias ou participar, direta ou indiretamente, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior cujo objeto seja: (i) a estruturação e comercialização de seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) a estruturação e comercialização de planos de previdência complementar bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar (iii) a estruturação e comercialização de planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) estruturação e administração de grupos de consórcios e comercialização de cotas, próprios ou de outras administradoras de consórcio; (v) a corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e a administração de bens; (vi) a administração, comercialização ou disponibilização de seguros ou planos privados de assistência médica e odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas; (vii) efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior; (viii) a realização de quaisquer atividades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pela Agência Nacional de Saúde – ANS ou pelo Banco Central do Brasil, relativos a grupo de consórcios; (ix) a prestação de serviços complementares ou relacionados àqueles empreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, bem como serviços a entidades financeiras; e (x) a participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas;

II – Alienar participações societárias.

A consolidação do balanço patrimonial, bem como do balanço patrimonial consolidado publicado da CAIXA abarca a CAIXA Seguridade, que encerrou o segundo semestre com ativo total e Patrimônio Líquido de R\$ 3.251.513 mil.

A natureza das participações societárias demonstradas abaixo, segmentando as de capital aberto e fechado, está em consonância com as Demonstrações Financeiras BR GAAP da CAIXA – Nota Explicativa 11, referentes a JUN/15:

- O Banco PAN S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis;
- A Branes Negócios e Serviços S.A. (anteriormente denominada M.G.H.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, tem sua sede e foro na cidade de Salvador. Tem por objeto atuar no mercado de serviços de processamento de crédito (*Business Process Outsourcing* – BPO) e outros serviços complementares ao setor financeiro e centro de suporte a clientes;
- A Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle), empresa de capital fechado, é controladora integral da Caixa Consórcios Administradora de Consórcios S.A., da Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., da Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda e da Caixa Seguros Participações do Sul Ltda. O grupo tem por objetivo oferecer os mais diversos produtos e serviços do mercado segurador para as famílias brasileiras;

- A Capgemini é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados;
- A Caixa Seguros Participações Ltda (“Sociedade”) – CSP foi incorporada pela Caixa Seguros Holding em 24 de setembro de 2014;
- A Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização é uma empresa de capital fechado que tem como principais objetivos sociais: (a) a securitização de financiamentos imobiliários e de créditos oriundos de operações imobiliárias; (b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias; e (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI;
- A Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A., companhia de capital fechado, tem por objeto social a prestação de serviços em território nacional de orientação financeira, assistência e assessoramento a pequenos e micro empreendedores, a micro e pequenas empresas e outras organizações;
- A Elo Serviços S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como acionistas controladores a Elo Participações S.A. (66,66%) e a Caixa Participações S.A. (33,34%) sendo constituída com o objetivo de prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista, e o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Companhia ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes por terceiros à Companhia;
- A Tecnologia Bancária S.A. – TecBan é uma empresa de capital fechado especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário, cujo foco é atuar como rede complementar dos bancos no relacionamento com seus clientes, além de oferecer ao mercado bancário um portfólio de serviços e soluções tecnológicas;
- O Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza é constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a, no mínimo, dois investidores qualificados. Seu prazo de duração é de dez anos, contados da data de início do fundo, exceto se houver prorrogação do prazo. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela Caixa Econômica Federal. O objetivo do FIP CAIXA Veneza é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível de suas cotas, mediante o direcionamento de seus investimentos para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de seus administradores;
- O Fundo de Investimento em Participações CAIXA Amsterdam é constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a, no mínimo, três investidores qualificados. Seu prazo de duração é de dez anos, contados da data de início do fundo, exceto se houver prorrogação do prazo. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela Caixa Econômica Federal. O objetivo do FIP CAIXA Amsterdam é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível de suas cotas, mediante o direcionamento de seus investimentos para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de seus administradores;

- A Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda – PAN Corretora é uma empresa de capital fechado e tem por objeto a corretagem e administração de seguros, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, principalmente: a) seguros de danos; b) seguros de pessoas; c) planos de previdência complementar aberta; e d) a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista, quotista, debenturistas, fundos de investimentos e empreendimentos imobiliários de maneira geral, exceto em sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização ou entidade aberta de previdência complementar;
- A PAN Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo o provimento de seguros para pessoas jurídicas e físicas. Com foco nos segmentos de massificados e microsseguros, como por exemplo, prestamista, habitacional, fiança locatícia, garantia estendida e outros seguros do segmento de “não-vida” (*Non life*). Além disso, a PAN Seguros também faz parte do conjunto de empresas que atende a seguradora Líder-DPVAT, empresa responsável pelo seguro público de danos pessoais (DPVAT).

Assim, o valor do investimento nas empresas consta na tabela a seguir:

Tabela 2 – Participações Societárias

	R\$ Mil	
<b>Empresa</b>	<b>%</b>	<b>Valor do Investimento</b>
Banco Pan	40,35	1.513.030
Caixa Seguros	48,21	2.399.648
Cibrasec	9,09	6.832
TecBan	10,00	106.636
Elo Serviços	33,34	18.749
Crescer	49,00	100
Branes	2,00	1.835
Habitar	5,00	-
Capgemini	22,05	258.905
FIP Caixa Veneza	75,00	32.462
FIP Caixa Amsterdam	47,35	3
Pan Corretora	49,00	26.643
Pan Seguros	48,99	336.997
<b>Total</b>		<b>4.701.840</b>

## 5. Governança Corporativa

O gerenciamento de riscos e de capital da CAIXA está pautado em boas práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, sendo realizado por meio de estruturas de gerenciamento de riscos e de capital compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta.

O conglomerado CAIXA e cada uma das subsidiárias reconhecem que a assunção e o gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades e que a gestão rigorosa e abrangente de riscos produz estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

Além dos riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez, também são considerados relevantes os riscos de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Delegado de Risco e de Capital – CDRC, onde delibera-se sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA, garantindo o alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas, estabelecidas em seu Regimento Interno.

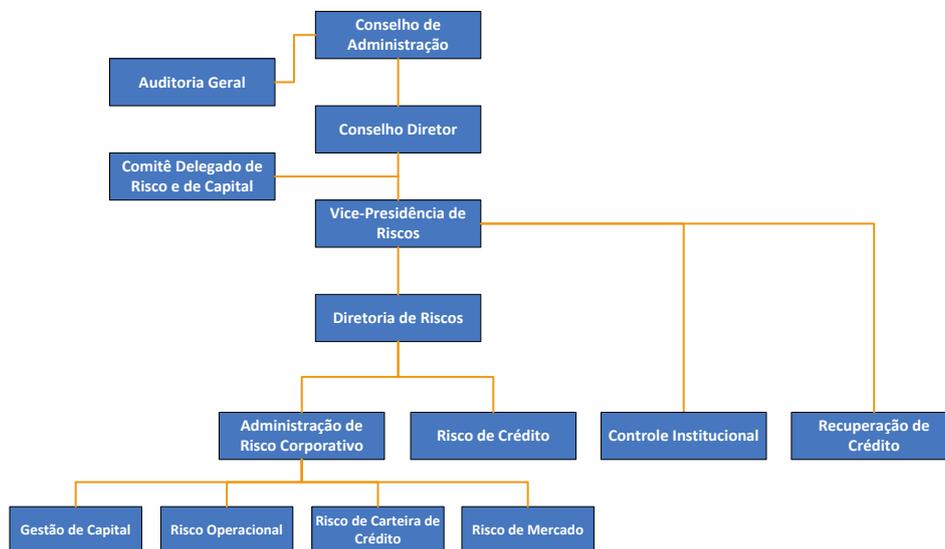
A Vice-Presidência de Riscos tem mandato de gestão dos controles internos, de recuperação de créditos, do risco do tomador e dos riscos corporativos, sendo estes dois últimos subordinados à Diretoria Executiva de Riscos.

A Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos considerados relevantes pela CAIXA, e possui unidades de Gerenciamento de Capital, de Risco Operacional, de Risco de Crédito de Carteira e de Risco de Mercado e de Liquidez.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, modelos de risco de crédito, mercado/liquidez e operacional utilizados no processo de gerenciamento de riscos da instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos. O processo de monitoração e validação é exercido por unidade segregada daquelas que desenvolvem e utilizam os modelos.

Os modelos são inventariados e acompanhados continuamente quanto a sua adequação, conformidade, desempenho e parâmetro de aceitação de acurácia, e os resultados reportados periodicamente à Alta Administração. Testes e estudos de acompanhamento de desempenho segundo melhores práticas do mercado são aplicados na monitoração, observando os parâmetros do órgão regulador e de limites de exposição.

A figura a seguir evidencia a estrutura organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital, não refletindo, necessariamente, o organograma completo da CAIXA.



### Conselho de Administração

É o órgão de orientação geral dos negócios e serviços da Caixa Econômica Federal, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação dos resultados da CAIXA. É composto por 7 Conselheiros, a saber:

- 4 Conselheiros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho e seu substituto;
- O Presidente da CAIXA, que não poderá assumir a Presidência do Conselho de Administração, mesmo que interinamente;
- Um Conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Um Conselheiro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e referida regulamentação.

Dentre suas atribuições, o Conselho de Administração deve deliberar sobre as propostas apresentadas pelo Presidente a respeito de dispêndios globais, destinação do resultado líquido, pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, modificação de capital, constituição de fundos de reservas e provisões e a absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros.

### **Auditoria Interna**

Por disposição estatutária, a Auditoria Interna da Caixa vincula-se ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital da Caixa, do controle e das práticas de governança corporativa, além de executar, acompanhar e monitorar as determinações do Comitê de Auditoria.

Dentre as cinco auditorias nacionais, subordinadas à Auditoria Geral – AUDIT, a Auditoria Nacional de Atividades Especializadas – AUDAÉ é a responsável por realizar serviços de auditoria em riscos, cobrança e recuperação de créditos, finanças e controladoria, gestão de ativos de terceiros, jurídico, área internacional, subsidiárias e coligadas e entidade fechada de previdência complementar patrocinada.

### **Conselho Diretor**

É o órgão de deliberação colegiada responsável pela gestão e representação da CAIXA, sendo composto pelo Presidente da CAIXA, que o preside, e os Vice-Presidentes, exceto o Vice-Presidente responsável pela gestão de ativos de terceiros e o Vice-Presidente responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo governo federal.

### **Comitê Delegado de Risco e de Capital**

É um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete deliberar sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA e garantir seu alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

É composto pelo Presidente da CAIXA e pelos titulares das Vice-Presidências de Riscos, que exerce a liderança do colegiado, de Finanças e Controladoria, de Tecnologia da Informação e de Operações Corporativas. Os demais Vice-Presidentes e o Diretor Executivo de Riscos participam como convidados, conforme pauta.

### **Vice-Presidência de Riscos – VICOR**

A VICOR é responsável pela gestão dos controles internos, dos riscos do tomador de crédito, da recuperação de crédito e dos riscos corporativos da CAIXA, incluindo o gerenciamento de capital.

### **Diretoria Executiva de Riscos – DECOR**

Vinculada à VICOR, é responsável pela execução das estratégias de riscos.

### **Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo – SUCOR**

Subordinada à DECOR, é responsável pelo gerenciamento do risco corporativo e do capital da CAIXA. A SUCOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais de Basileia e é responsável por propor ao Comitê Delegado de Risco e Capital a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado CAIXA.

### **Superintendência Nacional de Risco de Crédito – SURIC**

Subordinada à DECOR, é a responsável por gerir o risco de crédito do tomador (de clientes e de operações) da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

### **Superintendência Nacional de Controle Institucional – SUCOI**

Subordinada diretamente à VICOR, é a responsável por monitorar os modelos utilizados para avaliação dos riscos, para a conformidade e para o controle da CAIXA, pelo *compliance*, visando a garantia de cumprimento das normas internas e externas e pela gestão do sistema de controle interno.

### **Superintendência Nacional de Recuperação de Crédito – SUREC**

Subordinada diretamente à VICOR, é responsável pela recuperação de créditos próprios, inclusive dos negócios emergentes – cartões, veículos e crédito rural e pela recuperação de créditos de terceiros, cedidos e adquiridos.

### **Unidades Gestoras**

Compete a todas as unidades gestoras da CAIXA cumprir e fazer cumprir a política de gerenciamento de risco do conglomerado em seu âmbito de atuação; fomentar a cultura de gestão dos riscos e demonstrar a sua importância com a participação de cada empregado; e implementar mecanismos que visem à mitigação dos riscos no âmbito dos seus produtos, serviços, canais e atividades.

## **5.1 Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

A Política de Gerenciamento de Riscos da CAIXA visa promover a gestão dos riscos de crédito, operacional, de mercado de liquidez, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental, visando manter a exposição a esses riscos em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição, por meio de limites claramente definidos.

Essa política unifica e alinha o gerenciamento dos riscos, tornando efetiva e tempestiva a revisão pelas áreas responsáveis, inclusive no que tange à sua avaliação pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, uma vez que consolida os princípios, diretrizes e responsabilidades no mesmo documento.

A CAIXA estabelece limites de exposição e de perdas para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado.

Esses limites são revisados, no mínimo, anualmente e de acordo com a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária de assumir riscos e suportar perdas.

A Política de Gerenciamento de Capital da CAIXA estabelece os princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do seu conglomerado.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado CAIXA são revisadas e aprovadas pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente, com o objetivo de mantê-las adequadas à natureza, complexidade e dimensão das exposições a riscos e compatíveis com os objetivos estratégicos da CAIXA.

## 5.2 Apetite a Riscos

O Apetite a Riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, a Instituição se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da Instituição.

A definição do Apetite a Riscos de uma instituição pode ser considerada de sucesso quando há evidências de que reflete a visão da Alta Administração sobre o negócio e seu enquadramento.

Na construção do Plano de Negócios da CAIXA são apresentadas e discutidas com os gestores dos produtos as metas de aplicação e captação visando atingir o Plano Estratégico. Nesse sentido a Declaração de Apetite a Riscos serve como subsídio para discutir temas como capital e resultado, considerando de maneira direta o impacto e a flutuação no resultado e na exigência de capital.

A Declaração de Apetite a Riscos da CAIXA, conforme estruturada, incluiu componentes qualitativos e limites quantitativos, sendo que os componentes qualitativos buscam estabelecer uma cultura de risco segura e evidenciar como a Instituição avalia e aceita riscos. De outro lado, os limites quantitativos foram definidos considerando-se os *buffers* apropriados de solvência e liquidez e, em ambos os casos, foram estabelecidos de modo que as unidades de negócios e a Alta Administração os gerenciem de forma proativa.

A Alta Administração da CAIXA, por meio de proposta da área de Riscos, revisa e atualiza a Declaração de Apetite a Riscos no mínimo anualmente, ou com a frequência necessária para enfrentar as mudanças no perfil de risco da instituição causadas por fatores internos, externos ou causadas pela evolução das práticas de gestão de riscos da indústria financeira.

Em suma, o Apetite a Riscos da instituição é traduzido pelo controle e acompanhamento de diversos limites de riscos – qualitativos e quantitativos. Ele é definido pelo Conselho de Administração, que é subsidiado por um comitê e está alinhado à estratégia da Instituição, demonstrando o engajamento da estrutura de governança na sua definição e acompanhamento.

## 6. Gerenciamento de Riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco de crédito, operacional, mercado e liquidez adequadas à natureza e complexidade de suas operações e produtos, e à dimensão de sua exposição a cada tipo de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

As novas estratégias, produtos, serviços, processos, canais e atividades têm seus riscos avaliados previamente e é analisada sua adequação ao nível de risco aceito e aos controles da Instituição.

A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco têm atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante toda decisão tem a anuência do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou do colegiado pertinente.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela Alta Administração e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na sua capacidade de geração de resultado e no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, considerando a relação custo-benefício decorrente de sua implantação.

Os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos utilizados no processo de gerenciamento de riscos na CAIXA são previamente validados e monitorados de forma sistemática e criteriosa para garantir a qualidade do modelo e conformidade às normas internas e externas.

A validação e o monitoramento são realizados de forma contínua e, caso apresentem resultados que não sejam satisfatórios às boas práticas e normas internas e externas, são revistos e adequados para que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

Os parâmetros de aceitação da acurácia dos modelos de risco são estabelecidos de acordo com os testes de acurácia realizados nos modelos de risco, em sintonia às boas práticas e em conformidade às normas internas, e são revisados anualmente.

Os modelos de gerenciamento de riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e adequada ao tipo de modelo, com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento e preservação do capital intelectual da CAIXA.

A implementação desses modelos é realizada prioritariamente em solução tecnológica, observados requisitos de segurança de acesso, com validação e testes precedentes à liberação para geração de avaliações e monitoramento sistemático que visa detectar e corrigir eventuais inconsistências.

As informações sobre o gerenciamento de riscos são geradas periodicamente e fornecidas aos gestores de produtos, serviços, processos e canais, às instâncias deliberativas, ao regulador e ao mercado.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de risco são divulgados, conforme sua natureza, diária, semanal e mensalmente, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão dos gestores da CAIXA na condução dos negócios da empresa.

## 6.1 Risco de Crédito

A CAIXA possui unidades especializadas na modelagem e avaliação do risco dos tomadores de crédito, novos ou em carteira, além de unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito, pelo monitoramento dos indicadores de risco do portfólio e cumprimento dos limites de exposição vigentes.

O ciclo do crédito é complementado com a unidade de cobrança e recuperação de crédito, cujas políticas e estratégias de atuação retroalimentam o processo contínuo de análise, concessão, manutenção e finalização das operações de crédito.

Além disso, existe estrutura independente de validação e monitoramento dos modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito, visando, dessa forma, evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### 6.1.1 Estrutura de Gerenciamento

O Risco de Crédito é definido na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.721, de 30/04/2009, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A CAIXA adota modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito engloba o processo de desenvolvimento, implantação, calibração e manutenção de modelos de cálculo das exposições a essa categoria de risco, geradas pelas operações com característica de crédito.

A avaliação do risco de crédito considera diversos fatores como a carteira de crédito, o tomador ou emissor dos títulos/valores mobiliários, os dados demográficos, o histórico de comportamento de crédito, a capacidade econômico-financeira, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a estrutura da operação e a liquidez e suficiência das garantias, entre outros.

Para essa finalidade são utilizadas informações disponibilizadas pelo mercado, por *bureau* de informações, pelas agências de classificação de risco especializadas, por bancos oficiais federais, pelo Banco Central, além de informações prestadas pelo próprio tomador e dados internos da CAIXA.

O gerenciamento do risco de crédito adota como pressuposto o zelo e o sigilo das informações coletadas/disponibilizadas pelos clientes, visando resguardar a confidencialidade e o sigilo dos tomadores de crédito.

Todas as avaliações de risco de crédito do tomador e da operação possuem prazo de validade, que visam promover a integridade dos resultados gerados pelos modelos de risco de crédito.

O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo, situação do contrato e relevância da operação.

A unidade de risco de crédito possui Comissões de Classificação do Risco de Crédito, para estabelecimento de *rating*, definição de conglomerado/grupo econômico, limites máximos de crédito e enquadramento do modelo de análise, segregadas por instâncias decisórias, de acordo com o valor das operações e características do tomador de crédito.

Os níveis de classificação do risco de crédito utilizados pela CAIXA são aplicados conforme regulamentação legal estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

A descrição dos níveis de classificação do risco de crédito é realizada tanto para o tomador quanto para a operação.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado.

Ainda que o monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito seja realizado em periodicidade mensal, a área de risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

A violação de qualquer limite de exposição deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal do Conselho de Administração.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justificarem.

São disponibilizados relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizados em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadores da gestão da cobrança e recuperação de crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio Caixa adimplidas/inadimplidas/vencidas e adiantamento a depositantes, originadas de pessoas

físicas e jurídicas, observando ainda a perda real de capacidade de pagar do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

A cessão de crédito é utilizada quando identificada como alternativa viável para recuperação de créditos em atraso.

Os processos de provisionamento e de lançamento a prejuízo de operações de crédito de liquidação duvidosa cumpre a regulamentação vigente e está alinhado às boas práticas de gestão de risco.

A definição de regras de provisão para devedores duvidosos tem como resultado níveis de provisão alinhados aos níveis de perda da carteira e solidez financeira da Instituição.

Cabe à área de risco corporativo disponibilizar relatórios periódicos ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração sobre o nível de provisão para devedores duvidosos com base nos modelos vigentes

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela de Ativos Ponderada pelo Risco de Crédito –  $RWA_{CPAD}$ , conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

### 6.1.2 Modelos e Gestão

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no gerenciamento das exposições a risco de crédito são analisados e validados previamente à implantação e têm sua capacidade preditiva permanentemente monitorada, por unidade interna e segregada funcionalmente da unidade de desenvolvimento, de forma a garantir a segregação de atividades e a independência na decisão sobre a adequação desses modelos ao perfil de risco da CAIXA.

A diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito – EGRC.

A CAIXA utiliza modelos para concessão de empréstimos e financiamentos e reavaliação do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, de acordo com o segmento, natureza e/ou porte de faturamento do proponente e aplicados às propostas de crédito ou à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

Os métodos utilizados são:

- Método Estatístico – é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que utilizam a Estatística para análise de informações com o objetivo de fazer inferências em situações sujeitas a incertezas.
- Método Especialista – metodologia de avaliação de risco de crédito utilizada quando não se obtém informações suficientes para o desenvolvimento de um modelo estatístico. Nesta avaliação, o conhecimento especializado é fundamental para a realização de um julgamento, onde são atribuídos pesos aos fatores avaliados, com a finalidade de classificar o tomador e/ou operação.
- Análise Fundamentalista – forma de mensurar e classificar o risco do tomador/operação de crédito, que não pode ser representada por um modelo padronizado. Caracteriza-se por avaliações

qualitativas e quantitativas baseadas na experiência do analista, e referenciadas em manuais internos de procedimentos operacionais. Neste caso, a avaliação baseia-se nos fundamentos da empresa. Destina-se à mensuração do equilíbrio econômico-financeiro, fluxo de caixa e cadastro das empresas tomadoras de crédito e seus sócios dirigentes. Nesta análise, são atribuídos pesos a cada fator apurado para a decisão final.

A avaliação do risco do tomador/operação de crédito compreende o tipo de pessoa, os dados demográficos, as informações cadastrais, o histórico de comportamento de crédito interno e externo, as condições do crédito pleiteado, a capacidade econômico-financeira, as demonstrações contábeis, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a governança corporativa e as garantias oferecidas.

A avaliação pode se utilizar de informações de mercado, fornecidas por *bureau* de informações, por dados de agências de classificação de risco especializadas, pela central de risco do BACEN, além das informações colhidas e pesquisadas do tomador. Para cada fase do ciclo de crédito são utilizadas metodologias diferenciadas para a estratégia de modelagem.

Na concessão de crédito são utilizados modelos de *Application Scoring* compostos por variáveis de perfil cadastral, experiência de crédito externa com base em informações de *bureaus*, capacidade de poupança, informação patrimonial, dentre outras que possibilitam identificar por meio de uma nota ou escore, a probabilidade de pagamento da proposta de crédito.

No processo de desenvolvimento desses modelos são utilizadas diferentes metodologias, a exemplo da Regressão Logística de resposta binária, cujas fórmulas obtidas são testadas por meio de *backtesting* na base de tomadores que já obtiveram crédito, para avaliar a acurácia do modelo em acertar a previsão.

Dentre as fórmulas geradas, é escolhida aquela que obtém os melhores resultados dos indicadores estatísticos de avaliação de qualidade do modelo, dentre os quais destacam-se o teste de *Kolmogorv-Smirnov – KS* para duas amostras, *Area under Receiver Operating Characteristic – AUROC*, que são bem difundidos para mensurar a capacidade do modelo em separar os bons dos maus pagadores.

Os proponentes que tiveram crédito concedido são acompanhados mensalmente por meio do modelo de *Behaviour Scoring*, que se diferencia do *Application Scoring* por se utilizar de variáveis que identificam o comportamento de pagamento e utilização dos produtos de crédito contratados.

Assim como os modelos de *Application Scoring*, os modelos de *Behaviour Scoring* são testados quanto à acurácia e capacidade de predição por meio de *backtesting*.

Para identificação do nível de risco do tomador e da operação, a CAIXA se utiliza de uma escala de *rating*, que traduz a expectativa de risco em diferentes cenários para o tomador/exposição.

Para créditos em atraso é utilizado o modelo de *Collection Scoring* que utiliza variáveis que refletem a situação de risco do cliente interna e externamente, com o objetivo de mensurar a probabilidade de pagamento das dívidas com a CAIXA. Esse modelo é utilizado para segmentar os devedores e subsidiar as estratégias de cobrança, com foco em utilização de ações que evidenciem o menor custo e a maior efetividade na recuperação do crédito para a CAIXA.

Periodicamente, a perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas, que tem reconhecido impacto em projeções desse gênero.

Os modelos de mensuração do risco da carteira de crédito se fundamentam nos parâmetros de risco que influenciam a ocorrência de perda.

No processo de validação independente, as etapas de desenvolvimento do modelo são replicadas no todo ou em parte, utilizando-se de dados obtidos por meio de amostragem *out-of-time*, ou seja, de um período diferente daquele utilizado para desenvolver o modelo, e *out-of-sample*, do mesmo período utilizado para desenvolver o modelo mas composto de outros dados que não foram utilizados no desenvolvimento.

Tanto o processo de desenvolvimento quanto o de validação são documentados e ficam à disposição da Alta Administração, Auditorias interna e externa e da autoridade reguladora/supervisora para fins de comprovação e avaliação do processo e preservação do capital intelectual da CAIXA.

Quando do lançamento e reposicionamento de produtos ou da análise de proposta de novas exposições em produtos já existentes, é obrigatório o posicionamento das unidades relacionadas ao ciclo de crédito, sendo avaliados os aspectos de conveniência, oportunidade, perda e demais indicadores de risco de crédito a serem considerados em sua precificação, além do capital regulatório exigido. No caso de novas exposições, são ainda verificados os limites de exposição.

A área responsável pelo controle e acompanhamento do risco de crédito monitora mensalmente as carteiras de crédito da CAIXA, realizando análises a partir de indicadores de exposição, atraso, provisão e perda, possibilitando a adoção de medidas tempestivas de gestão, caso sejam identificados indícios de deterioração, como aumento da inadimplência. As ações adotadas podem envolver medidas de cobrança, a adoção de postura mais conservadora ou de rotinas especiais, suspendendo as contratações para as unidades ou regiões com maior deterioração nos indicadores.

Também são avaliadas rotineiramente a qualidade da carteira e sua capacidade de geração de resultados frente aos riscos incorridos, servindo de referencial para a otimização dos seus resultados.

A resposta dos indicadores de monitoramento às alterações no ambiente de negócios e no cenário econômico é simulada, sendo os resultados considerados no processo de revisão dos limites de exposição e, caso necessário, se constituem em subsídios para a revisão das políticas.

A exposição ao risco de crédito é mitigada por meio da estruturação de garantias, adequando, a partir das características do tomador e da operação, o nível de risco a ser incorrido.

O monitoramento e o controle das exposições ao risco de crédito abrangem todas as fontes relevantes desse risco. Soma-se a isso a emissão de relatórios tempestivos à Alta Administração da Instituição.

São atribuídas responsabilidades para os órgãos e unidades envolvidas no processo de gerenciamento do risco de crédito, cabendo à unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito:

- Identificar, mensurar, monitorar, reportar e propor alternativas de mitigação do risco de carteira de crédito das operações comerciais, habitacionais e de saneamento, em condições normais e de estresse;
- Desenvolver e implementar instrumento de análise e acompanhamento de alocação de capital econômico e regulamentar para risco de crédito;
- Desenvolver e implementar teste de estresse e de aderência para gestão de riscos de crédito da carteira CAIXA;
- Identificar e gerir a exposição a risco de crédito dos recursos oriundos de Fundos e Programas administrados pela CAIXA.

- Monitorar e reportar os limites de crédito definidos pelos Órgãos Reguladores e os limites de exposição a riscos de crédito de carteira estabelecidos na política de riscos da CAIXA.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizadas em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadoras da gestão da cobrança e recuperação de crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio Caixa adimplidas/inadimplidas/vencidas e adiantamento a depositantes, originadas de pessoas físicas e jurídicas, observando ainda a perda real de capacidade de pagar do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

As práticas, os processos, os procedimentos, os modelos, os parâmetros e as réguas de cobrança são fundamentados nas boas práticas bancárias do mercado nacional e internacional.

Cabe à unidade responsável pela recuperação de crédito:

- Propor e rever periodicamente as políticas de cobrança e recuperação de crédito;
- Desenvolver estratégias de cobrança e recuperação de crédito;
- Prospectar, desenvolver e customizar soluções, meios e canais de cobrança;
- Desenvolver metodologias e modelos de segmentação da cobrança;
- Promover a implantação de ferramentas que deem suporte ao processo de cobrança e recuperação;
- Contratar e gerir empresas terceirizadas de cobrança administrativa.

### 6.1.3 Limites de Exposição e de Concentração

A CAIXA estabelece limites de exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento.

São monitoradas as exposições por tomador pessoa jurídica ou conglomerado econômico-financeiro considerando a totalidade das operações *on balance* e *off balance* e para o percentual de exposição por tomador pessoa física nas contratações das operações de agronegócios, considerando a totalidade das operações *on balance* e *off balance*.

As exposições *off-balance* são compromissos ou direitos não registrados em contas patrimoniais (ativo ou passivo), mas geralmente em contas de compensação. São exemplos desses registros os derivativos financeiros, fianças, seguros, prestação de garantias, inclusive via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Investimento do FGTS – FI-FGTS ou carteiras administradas do FGTS – residencial de saneamento e transporte e limites de crédito. As exposições *on-balance* referem-se a exposições a risco de crédito registradas em balanço, como operações de crédito.

A CAIXA também estabelece limites de risco e exposições para aquisição de ativos financeiros, carteira de crédito, setor de atividade econômica e segmento de atuação.

São estipulados ainda, limites de risco e exposição para operações que envolvam o FGTS em que a CAIXA atue como agente financeiro ou como repassador de recursos, ou que preste garantia ao FI-FGTS ou às suas carteiras administradas – residencial, de saneamento e de transportes.

O monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito é realizado em periodicidade mensal. Entretanto, a área de Risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

Caso se constate violação de qualquer limite de exposição, este deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal pelo Conselho de Administração.

As regras e limites de exposição a riscos devem ser revisados, no mínimo, anualmente ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da caixa justificarem.

A Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo – SUCOR disponibiliza relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

#### 6.1.4 Exposição ao Risco de Crédito

O total da exposição relativa às operações com características de crédito, líquida de provisão, alcançou R\$ 625.555.220 mil em JUN/15, considerando os valores referentes ao conglomerado prudencial. Desse montante, 73,0% são exposições com Pessoas Físicas, onde se destaca o crédito imobiliário que corresponde a 53,7% do total das exposições.

Tabela 3 – Operações com Características de Concessão de Crédito

Tipo de Exposição		Prudencial			Operacional		R\$ Mil	
		jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014		
Pessoa Jurídica	Capital de Giro, Desconto de títulos e Conta Garantida	Exposição	50.941.487	51.873.742	54.764.351	55.369.704	57.538.685	
		Média Trimestral	51.203.095	53.426.439	54.983.854	55.703.901	57.640.684	
	Importação e Exportação	Exposição	13.044.359	12.451.534	12.172.742	12.018.883	11.547.454	
		Média Trimestral	12.552.117	12.384.755	12.185.076	11.778.289	11.268.230	
	Investimento	Exposição	2.681.717	2.687.280	2.493.297	1.505.320	1.547.748	
		Média Trimestral	2.702.667	2.605.872	2.497.046	1.539.564	1.579.435	
	Outros	Exposição	99.651.072	95.491.540	90.991.450	84.961.890	79.019.447	
		Média Trimestral	97.887.867	94.131.985	88.585.618	81.998.835	76.484.897	
	Rural	Exposição	2.728.124	1.756.456	1.499.564	1.353.573	1.240.760	
		Média Trimestral	2.286.042	1.651.531	1.448.099	1.295.210	1.043.297	
	Pessoa Física	Cartão de Crédito <sup>1</sup>	Exposição	18.656.423	21.680.099	21.474.919	19.931.919	19.065.111
			Média Trimestral	20.546.581	21.612.463	20.965.349	19.425.813	19.084.902
Consignado		Exposição	49.442.818	48.468.881	47.867.604	47.089.998	46.165.115	
		Média Trimestral	49.098.422	48.217.724	47.670.626	46.806.670	45.739.600	

Data-base: 30 de junho de 2015.

Pessoa Física	Habitação	Exposição	335.010.915	322.915.571	309.071.097	299.000.798	282.449.776	
		Média Trimestral	332.019.725	318.547.391	302.774.489	294.080.693	276.138.340	
	Outros	Exposição	46.829.317	45.379.045	44.024.242	35.018.836	33.918.421	
		Média Trimestral	46.118.923	44.586.838	43.787.256	34.344.769	33.229.009	
	Rural	Exposição	3.409.048	3.321.017	3.279.867	2.735.216	2.311.822	
		Média Trimestral	3.284.469	3.330.089	3.107.063	2.573.268	2.094.227	
	Veículos e Arrendamento Mercantil	Exposição	3.159.942	3.265.364	3.354.501	3.203.072	3.230.978	
		Média Trimestral	3.190.257	3.298.295	3.270.824	3.176.656	3.234.794	
	<b>Total das Exposições</b>			<b>625.555.220</b>	<b>609.290.530</b>	<b>590.993.635</b>	<b>562.189.210</b>	<b>538.035.317</b>

<sup>1</sup> Inclusive limites.

A exposição dos 10 maiores tomadores atingiu 4,9% do volume total exposto, o que caracteriza uma carteira de crédito pulverizada. As 100 maiores exposições representam apenas 13,8% do total das operações com características de crédito, percentual que apresenta certa estabilidade nos últimos trimestres:

Tabela 4 – Concentração Maiores Exposições

Concentração maiores exposições	Prudencial			Operacional	
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
% 10 maiores Exposições	4,9%	5,1%	5,1%	5,2%	8,9%
% 100 maiores Exposições	13,8%	13,6%	13,5%	13,5%	17,0%

A distribuição geográfica das operações de crédito demonstra que 51,4% de todas as operações estão concentradas na região Sudeste. Esta concentração se repete em quase todos os tipos de exposição, com exceção do Crédito Rural que tem maior concentração na região sul do país:

Tabela 5 – Risco de Crédito – Regiões

		R\$ Mil					
Tipo de Exposição	Região	Prudencial			Operacional		
		jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
Capital de Giro, Desconto de títulos e Conta Garantida	Centro-Oeste	3.037.114	3.137.695	3.259.407	3.251.084	3.491.175	
	Nordeste	6.673.684	6.894.131	7.171.229	7.059.067	7.402.072	
	Norte	1.701.091	1.704.372	1.757.650	1.776.472	1.896.792	
	Sudeste	30.766.168	31.050.957	33.112.476	33.015.566	34.751.438	
	Sul	8.763.430	9.086.587	9.463.589	9.408.444	9.997.207	
Pessoa Jurídica	Importação e Exportação	Centro-Oeste	7.406	2.231	2.615	3.157	3.463
		Nordeste	0	0	0	0	0
		Norte	7.486	7.339	8.601	9.232	9.112
		Sudeste	12.607.427	12.083.439	11.813.362	11.799.843	11.156.676
		Sul	422.040	358.524	348.165	370.873	378.203
Investimento	Centro-Oeste	76.698	74.455	65.418	0	0	
	Nordeste	190.123	186.055	165.291	12.296	13.644	
	Norte	44.999	42.753	34.804	12.191	13.605	
	Sudeste	2.002.647	2.018.549	1.907.378	1.355.809	1.500.956	
	Sul	367.250	365.468	320.406	18.096	19.543	
Outros	Centro-Oeste	18.602.322	18.395.354	17.679.450	20.539.279	26.814.210	
	Nordeste	12.272.815	9.600.033	9.380.311	10.529.509	7.147.621	
	Norte	5.499.284	4.415.319	4.516.635	5.123.479	3.536.635	
	Sudeste	52.589.591	54.635.173	51.124.105	53.655.408	34.970.490	
	Sul	10.687.060	8.445.662	8.290.949	9.526.878	6.550.489	

Data-base: 30 de junho de 2015.

Tipo de Exposição	Região	Prudencial			Operacional	
		jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Rural	Centro-Oeste	276.403	206.382	136.429	128.257	104.131
	Nordeste	49.258	46.320	38.787	18.489	19.110
	Norte	9.976	3.674	3.653	9.754	9.238
	Sudeste	887.894	459.006	446.410	416.633	445.825
	Sul	1.504.593	1.041.074	874.285	701.094	662.457
Cartão de Crédito <sup>1</sup>	Centro-Oeste	2.222.463	518.764	505.097	262.159	63.020
	Nordeste	3.282.587	1.221.418	1.184.841	500.649	132.621
	Norte	784.624	217.036	211.551	123.054	29.358
	Sudeste	8.409.699	18.519.030	18.396.969	18.151.243	18.735.645
	Sul	3.957.050	1.203.851	1.176.461	526.269	104.465
Consignado	Centro-Oeste	5.604.979	5.442.208	5.319.430	4.946.079	5.073.477
	Nordeste	10.780.382	10.539.772	10.368.285	9.728.798	9.946.787
	Norte	3.481.393	3.384.331	3.355.113	3.130.640	3.198.274
	Sudeste	20.194.482	19.886.524	19.713.788	18.718.280	19.259.300
	Sul	9.381.582	9.216.046	9.110.989	8.532.256	8.687.276
Habitação	Centro-Oeste	38.396.296	36.955.587	35.287.133	32.183.399	31.582.033
	Nordeste	53.035.405	50.789.449	48.270.422	43.790.888	42.770.299
	Norte	11.609.778	11.119.985	10.492.900	9.477.400	9.268.105
	Sudeste	162.487.553	157.348.161	151.163.769	140.617.350	140.743.477
	Sul	69.481.882	66.702.389	63.856.874	59.108.710	58.085.862
Outros	Centro-Oeste	3.349.453	3.326.552	3.262.489	2.828.416	2.737.835
	Nordeste	4.820.240	4.909.278	4.793.491	4.210.213	4.283.407
	Norte	1.413.611	1.423.715	1.391.057	1.279.019	1.259.529
	Sudeste	29.595.388	28.109.046	27.072.768	23.487.202	20.033.412
	Sul	7.650.626	7.610.453	7.504.437	5.959.623	5.604.238
Rural	Centro-Oeste	788.974	788.138	801.081	649.813	568.283
	Nordeste	436.598	416.821	409.867	279.821	292.412
	Norte	320.639	310.092	314.816	265.323	237.528
	Sudeste	999.497	921.658	890.665	715.781	650.683
	Sul	863.340	884.309	863.438	664.757	562.917
Veículos e Arrendamento Mercantil	Centro-Oeste	365.649	374.159	386.912	380.611	369.152
	Nordeste	760.878	770.086	776.347	756.288	729.224
	Norte	159.216	157.344	154.980	143.030	136.003
	Sudeste	1.204.872	1.256.753	1.298.266	1.308.773	1.282.509
	Sul	669.328	707.021	737.994	722.453	714.091

<sup>1</sup> Inclusive limites.

Em relação à concentração por setor econômico, observam-se comportamentos distintos a depender do tipo de exposição ao risco de crédito.

No setor privado, o segmento varejista é o mais representativo quando se trata de créditos para Capital de Giro, desconto de títulos e conta garantida, com R\$ 17.014.835 mil. Já em relação às exposições relativas a créditos para exportação e importação, o setor público, especificamente o setor petroquímico, tem maior representação, com R\$ 7.279.767 mil. Da mesma forma o setor público se destaca nos outros créditos, com R\$ 35.055.673 mil.

Tabela 6 – Risco de Crédito – Setor Econômico

		R\$ Mil				
Tipo de Exposição	Setor Econômico	Prudencial			Operacional	
		jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Capital de Giro, Desconto de títulos e Conta Garantida	Setor Privado – Comércio Varejista	17.014.835	16.840.924	18.051.725	17.967.005	18.029.149
	Setor Privado – Siderurgia e Metalurgia	8.214.640	7.925.479	8.089.526	8.051.874	7.848.513
	Setor Privado – Outros Serviços	5.126.040	5.144.392	5.355.421	5.330.610	5.366.219
	Setor Privado – Construção Civil	4.382.727	4.273.796	4.447.043	4.426.440	4.470.881
	Setor Privado – Comércio Atacadista	3.587.143	3.406.261	3.524.275	3.507.947	3.469.952
Importação e Exportação	Setor Público - Administração Indireta - Petroquímico	7.279.767	7.185.223	7.208.573	7.214.710	6.775.751
	Setor Privado – Outras Indústrias	2.242.728	2.964.236	2.535.557	2.537.716	2.349.185
	Setor Privado – Petroquímico	1.036.015	1.112.552	1.037.889	1.038.773	996.607
	Setor Privado – Agronegócio e Extrativismo	653.167	733.478	513.507	513.945	488.755
	Setor Privado – Têxtil	232.097	373.473	300.446	300.702	283.239
Pessoa Jurídica Investimento	Setor Privado – Comércio Varejista	575.783	544.432	490.390	154.016	153.470
	Setor Privado – Comunicação	547.697	524.581	590.391	505.688	517.169
	Setor Privado – Transporte	406.827	386.834	384.849	289.859	280.473
	Setor Privado – Serviços Financeiros	281.974	294.484	317.258	294.380	285.308
	Setor Privado – Saúde	198.802	191.152	200.141	144.141	143.737
Outros	Setor Público – Administração Direta	26.388.234	23.507.653	20.669.213	22.362.118	20.843.926
	Setor Privado – Construção Civil	11.494.436	9.847.791	7.908.957	8.598.783	7.733.135
	Setor Privado – Energia Elétrica	10.205.939	8.661.340	7.206.690	7.796.952	8.472.755
	Setor Público - Administração Indireta - Outros	8.667.438	21.127.216	14.236.988	15.403.063	9.098.893
	Setor Privado – Comércio Varejista	6.890.217	6.347.351	5.846.157	5.485.615	4.992.372
Rural	Setor Privado – Comércio Atacadista	1.169.368	809.306	693.207	589.039	518.043
	Setor Privado – Agronegócio e Extrativismo	532.264	320.346	244.679	207.911	165.756
	Setor Privado – Alimentação	538.516	268.392	355.500	302.079	254.711
	Setor Privado – Serviços Financeiros	257.028	122.133	67.550	57.399	47.154
	Setor Privado – Comércio Varejista	135.354	91.925	101.957	86.636	117.889

Cerca de 60% da carteira total é composta de operações com prazo a decorrer superior a 5 anos, refletindo principalmente a participação da carteira imobiliária.

Se separarmos em segmentos, observa-se que o prazo a decorrer das operações Pessoa Jurídica é inferior ao observado em operações do segmento de Pessoa Física.

Tabela 7 – Risco de Crédito – Prazo a Decorrer

		R\$ Mil					
	Tipo de Exposição	Exposição Total	Até 6 Meses	Acima de 6 Meses Até 1 Ano	Acima de 1 Ano Até 5 Anos	Acima de 5 Anos	
<b>jun/15</b> (Prudencial)	Pessoa Jurídica	Capital de Giro, Desconto de títulos e Conta Garantida	50.941.487	4.563.951	5.103.274	41.274.262	0
		Importação e Exportação	13.044.359	254.104	57.000	9.050.871	3.682.383
		Investimento	2.681.717	20.345	17.459	2.643.913	0
		Outros	99.651.072	9.437.420	3.366.526	30.280.318	56.566.809
		Rural	2.728.124	1.136.989	1.045.013	530.665	15.456
	Pessoa Física	Cartão de Crédito <sup>1</sup>	18.656.423	17.246.683	1.177.054	232.686	0
		Consignado	49.442.818	297.937	883.970	48.260.911	0
		Habitação	335.010.915	18.067	37.520	1.942.094	333.013.234
		Outros	46.829.317	7.010.353	1.687.948	22.057.402	16.073.613
		Rural	3.409.048	1.409.416	738.477	680.704	580.451
	Veículos e arrendamento mercantil	3.159.942	31.012	91.133	3.025.631	12.166	
<b>jun/14</b> (Operacional)	Pessoa Jurídica	Capital de Giro, Desconto de títulos e Conta Garantida	57.538.685	4.582.116	3.983.191	46.130.412	2.842.966
		Importação e Exportação	11.547.454	299.105	734.453	7.346.605	3.167.291
		Investimento	1.547.748	0	0	883.955	663.793
		Outros	79.019.447	20.897.677	1.666.395	14.967.156	41.488.218
		Rural	1.240.760	706.714	357.417	161.110	15.519
	Pessoa Física	Cartão de Crédito <sup>1</sup>	19.065.111	6.940.670	2.105.905	9.077.322	941.214
		Consignado	46.165.115	268.007	738.564	25.264.865	19.893.679
		Habitação	282.449.776	1.168.786	284.147	6.413.293	274.583.550
		Outros	33.918.421	6.856.841	1.340.164	14.739.907	10.981.509
		Rural	2.311.822	843.240	636.765	218.588	613.230
	Veículos e arrendamento mercantil	3.230.978	26.434	65.461	3.087.617	51.467	

<sup>1</sup> Inclusive limites.

O maior volume de operações em atraso se concentra na faixa de atraso de 15 a 60 dias, sendo a região Sudeste a maior responsável por esse atraso, reflexo do grande volume de crédito concentrado nesta região.

Em JUN/15, dos 5 maiores setores econômicos em exposição, o setor varejista é o que mais contribui com a inadimplência da carteira.

Tabela 8 – Risco de Crédito – Operações em Atraso por Região

		R\$ Mil					
	Região	Exposição	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	> 360 dias
<b>jun/15</b> (Prudencial)	Centro-Oeste	72.727.756	4.178.896	1.009.839	1.031.828	744.112	163.446
	Nordeste	92.301.968	7.181.105	1.691.664	1.718.543	1.339.036	290.769
	Norte	25.032.096	2.069.957	462.900	549.314	469.984	96.318
	Sudeste	321.745.218	17.869.035	4.311.181	4.458.802	3.663.101	576.364
	Sul	113.748.182	6.797.757	1.559.222	1.385.458	1.004.333	142.944
<b>jun/14</b> (Operacional)	Centro-Oeste	43.539.323	2.891.632	370.462	435.391	299.812	43.559
	Nordeste	53.309.307	4.600.132	617.013	819.961	560.321	67.241
	Norte	14.191.285	1.544.192	176.524	264.504	172.670	20.772
	Sudeste	202.459.381	11.232.804	1.879.669	2.495.383	2.101.514	218.181
	Sul	67.381.147	4.089.506	483.267	650.301	470.638	57.623

Data-base: 30 de junho de 2015.

Tabela 9 – Risco de Crédito – Operações em Atraso por Setor Econômico

		R\$ Mil					
	Região	Exposição	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	> 360 dias
<b>jun/15</b> (Prudencial)	Setor Público – Administração Direta	25.209.141	9.719	3.498	412	9.458	80.298
	Setor Privado – Comércio Varejista	24.315.193	1.535.188	755.233	975.374	964.108	19.518
	Setor Privado – Construção Civil	15.427.859	494.464	232.373	217.163	189.918	4.546
	Setor Privado – Outros Serviços	14.512.062	644.055	296.605	361.968	286.408	5.699
	Setor Público – Adm. Indireta - Petroquímico	10.781.519	0	0	0	0	0
<b>jun/14</b> (Operacional)	Setor Privado – Serviços Financeiros	27.319.783	9.950	1.735	8.464	13.928	101
	Setor Privado – Comércio Varejista	23.071.642	1.159.067	285.157	609.948	582.413	4.819
	Setor Público - Administração Direta	20.855.457	70.893	18.861	57.370	10	12.301
	Setor Privado – Construção Civil	12.204.015	398.386	91.239	177.930	140.972	306
	Setor Privado – Outros Serviços	11.051.648	477.043	95.165	174.699	192.929	871

Na constituição da Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos.

Assim, o nível atual de provisão de R\$ 52.618.365 mil é adequado, quando comparado à avaliação dos riscos associados.

Tabela 10 – Risco de Crédito – Provisão

		R\$ Mil			
Provisão	Prudencial			Operacional	
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Provisão Inicial	53.906.028	50.376.713	47.470.307	49.164.937	45.729.763
Valores Adicionados	9.131.265	8.593.457	9.105.782	8.247.082	8.116.730
Valores Subtraídos	(10.418.928)	(5.064.142)	(6.199.376)	(9.941.712)	(4.681.556)
<b>Provisão Final</b>	<b>52.618.365</b>	<b>53.906.028</b>	<b>50.376.713</b>	<b>47.470.307</b>	<b>49.164.937</b>

Apresentamos abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos definidos nos artigos 36º a 39º da Circular BACEN nº 3.644/13, segmentado por tipo de mitigador e por FPR:

Tabela 11 – Risco de Crédito – Valor Total Mitigado

Código do Mitigador	FPR do Mitigador	Prudencial			Operacional		R\$ Mil
		jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
		02	0%	15.511.203	15.345.908	14.128.007	12.961.042
08	0%	3.097.759	2.842.570	2.806.773	2.770.950	2.774.931	
09	0%	1.657.423	1.106.173	1.611.977	1.630.193	1.615.807	
10	0%	13.727.620	13.290.262	14.161.288	13.516.462	12.961.366	
15	50%	3.450.253	3.600.121	3.839.357	4.018.537	4.112.060	
19	50%	49.878.155	47.944.430	46.365.688	44.975.871	0	
<b>Total</b>		<b>87.322.413</b>	<b>84.129.465</b>	<b>82.913.090</b>	<b>79.873.055</b>	<b>31.241.116</b>	

A alteração da distribuição dos mitigadores em SET/14 decorre de mudanças promovidas para atendimento à publicação da Circular BACEN nº 3.714/14.

### 6.1.5 Exigência de capital para Risco de Crédito

#### 6.1.5.1 Modelo Padronizado

A mensuração do capital regulatório correspondente à parcela dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets – RWA*) referente às exposições ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada  $RWA_{CPAD}$ , a partir de OUT/13, passou a utilizar o arcabouço regulamentar da Circular BACEN nº 3.644/13, e alterações posteriores.

A distribuição dos ativos da CAIXA de acordo com seus FPR está demonstrada nas tabelas abaixo:

Tabela 12 – Risco de Crédito – Exposição

FPR	Prudencial			Operacional		R\$ Mil
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
	0%	383.164.031	366.836.334	387.961.655	364.571.582	320.498.931
2%	941.638	589.398	566.760	65.812.985	94.790.406	
20%	88.176.881	65.231.726	76.727.487	73.011.993	74.591.562	
35%	189.079.930	181.008.835	173.246.424	163.623.280	155.165.808	
50%	58.063.929	56.007.334	52.108.173	38.391.849	28.367.538	
75%	329.287.775	326.149.507	318.347.251	305.679.337	251.378.326	
85%	129.079.289	118.511.634	114.671.796	90.374.908	72.116.156	
100%	229.999.495	237.033.629	212.187.003	260.537.907	282.598.752	
150%	-	-	-	-	29.025.139	
250%	8.400.912	8.558.788	8.420.731	8.474.817	5.127.989	
300%	831.447	869.461	1.680.031	1.473.877	1.789.725	
909%	133.368	144.870	372.528	98.172	144.108	
Ativos deduzidos do $RWA_{CPAD}$	-	-	3.657.640	2.754.906	2.691.548	
CVA	-	-	-	-	-	
Valores Sem Apuração do RWA	46.839.543	52.240.536	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>1.463.998.238</b>	<b>1.413.182.053</b>	<b>1.346.289.841</b>	<b>1.372.050.706</b>	<b>1.315.594.441</b>	

Tabela 13 – Risco de Crédito – Valor da RWA<sub>CPAD</sub>

FPR	Prudencial			Operacional		R\$ Mil
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
0%	-	-	-	-	-	
2%	474	169	151	55.162	50.878	
20%	8.611.491	7.737.285	5.951.770	6.371.909	5.600.372	
35%	66.177.976	63.353.092	60.636.248	57.268.148	54.308.033	
50%	15.023.598	13.408.471	13.718.709	11.629.781	13.075.221	
75%	210.161.157	206.753.384	201.679.890	193.438.229	166.570.353	
85%	77.523.257	69.243.750	65.670.292	34.005.142	31.977.671	
100%	113.188.643	108.555.385	97.091.729	130.448.891	161.616.097	
150%	-	-	-	-	42.644.890	
250%	21.002.281	21.396.971	21.051.829	21.187.043	12.819.974	
300%	2.494.342	2.608.383	5.040.093	4.421.630	5.369.175	
909%	1.212.435	1.316.996	3.386.614	892.473	1.310.072	
Ativos deduzidos do RWA <sub>CPAD</sub>	-	-	(4.329.652)	(3.344.457)	(3.368.000)	
CVA	1.615.234	2.058.003	804.727	254.085	22.963	
Valores Sem Apuração do RWA	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>517.010.889</b>	<b>496.431.889</b>	<b>470.702.401</b>	<b>456.628.035</b>	<b>491.997.698</b>	

Em JUN/15 a exposição ao risco de crédito apurada para efeito de alocação de capital, ou seja, líquida de provisão, totalizou R\$ 1.463.988.238 mil, enquanto o valor da parcela RWA<sub>CPAD</sub> alcançou R\$ 517.010.889 mil, ambos considerando o conglomerado prudencial.

#### 6.1.6 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, conforme definição constante na Circular BACEN nº 3.547/2011, decorre do risco bilateral de perda relacionado à incerteza do valor de mercado da operação e suas oscilações associadas ao movimento dos fatores subjacentes de risco ou à deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A contraparte deve possuir condição cadastral e, via de regra, resguardadas as características e demais garantias de cada operação, patrimônio suficiente para a cobertura do equivalente ao valor do principal mais os encargos decorrentes do empréstimo/financiamento.

Ainda que se trate de um risco típico de Pilar 2, a norma padronizada exige alocação de capital para o risco de contraparte. A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco relativos às exposições ao risco de crédito – RWA<sub>CPAD</sub>, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

Cabe destacar que o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por títulos públicos.

O cálculo da qualidade creditícia da contraparte – CVA é realizado utilizando-se a fórmula simplificada permitida pela Circular BACEN nº 3.644/2013.

As operações de *swap* na CAIXA atualmente são realizadas em câmaras de compensação, as quais não atuam como contraparte central. A requisição de garantias junto às contrapartes é definida individualmente através de contratos assinados que estabelecem a obrigatoriedade de depósito de títulos públicos em conta caução

da contraparte do valor devedor do *swap*, após um determinado limite. Caso a contraparte devedora não honre o pagamento devido do *swap*, o credor tem o direito de resgatar os títulos públicos depositados.

No caso das operações compromissadas a entrega e o recebimento do dinheiro e das garantias são realizados automaticamente no sistema Selic ou CETIP no formato de liquidação DVP (*delivered versus payment*).

Todas as garantias dadas em títulos públicos têm *haircut* definido pela metodologia da Resolução PU550, não possuindo a CAIXA acordos para compensação e liquidação de obrigações e derivativos de crédito.

Tabela 14 – Risco de Crédito de Contraparte – Contratos e Aplicações

	R\$ Mil
Contratos	Valores
(a) Contratos em sistemas de liquidação de câmaras que atuam como contraparte central (BM&FBOVESPA)	92.819.790
(b) Contratos em sistemas de liquidação de câmaras que não atuam como contraparte central (CETIP), com garantia	10.448.081
(c) Valor atualizado das aplicações em operações compromissadas com garantia	117.549.929
(d) Valor atualizado das aplicações em Depósitos Interfinanceiros, com garantia	4.011.141
(e) Valor atualizado das aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Letra de Crédito Imobiliário e Letra Financeira, sem garantia	4.451.135
Valor positivo bruto dos respectivos contratos (a)+(b)+(c)+(d)+(e) <sup>1</sup>	229.280.075
Valor bruto das garantias recebidas para os Depósitos Interfinanceiros, com garantia	5.400.000
Valor bruto das garantias recebidas para as aplicações em operações compromissadas	119.123.158
Valor bruto das garantias recebidas das contrapartes nas operações de SWAP	1.723.129
Exposição global ao risco de crédito de contraparte em operações de SWAP	101.000
Exposição global ao risco de crédito de contraparte em operações de DI sem garantia, LCI e LF	4.451.135

<sup>1</sup> Desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação definidos na Resolução nº 3.263, de 24/02/2005.

### 6.1.7 Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros e de Securitização

A CAIXA objetiva a maximização do resultado operacional e a ampliação de *market share* nas carteiras de crédito.

A aquisição de carteiras, entre outras, de Crédito Consignado, *Home Equity*, Veículos, Crédito Imobiliário de outras Instituições Financeiras, visa à complementação dos processos e atividades desenvolvidas pela CAIXA, propiciando o crescimento em setores considerados estratégicos nos quais ela não está inserida ou possui menor participação.

Tais operações estão alinhadas à Visão de Futuro da CAIXA de “Estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas” e com os objetivos estratégicos de “Ter Processos Eficientes”, “Maximizar a Eficiência Organizacional”, “Desenvolver Novos Negócios”, “Estabelecer Associações Estratégicas”.

A cessão de ativos financeiros é um recurso utilizado, de forma estratégica e diversa, para tratamento da carteira de crédito não performados, ou seja, créditos de difícil recuperação, após esgotados os esforços de cobrança da instituição, possibilitando entrada de recursos imediatos, bem como melhor gestão na carteira de crédito, alinhada às boas práticas do mercado e de governança, e atendendo aos preceitos legais, em especial às Resoluções CMN nº 3.721/2009 e nº 2.836/2001.

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas de crédito estabelecidas para as carteiras originadas na CAIXA, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores.

A CAIXA adquiriu R\$ 841.994 mil em créditos que contam com a coobrigação do banco cedente e R\$ 14.205.169 mil foram adquiridos de IF coligada, onde o risco é da CAIXA.

Tabela 15 – Carteira Ativa – Saldo das Exposições Adquiridas

R\$ Mil			
Tipo de exposição	Tipo de cedente	Com retenção de risco <sup>1</sup>	Sem retenção de risco <sup>2</sup>
Crédito Consignado	Instituições Financeiras	831.672	4.445.663
Crédito Imobiliário	Instituições Financeiras	-	776.752
<i>Home Equity</i>	Instituições Financeiras	-	566.555
Veículos	Instituições Financeiras	10.322	8.416.200
<b>Total</b>		<b>841.994</b>	<b>14.205.169</b>

<sup>1</sup> Com retenção de risco: Operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação (Resolução nº 3.533 do CMN).

<sup>2</sup> Sem retenção de risco: operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação (Resolução nº 3.533 do CMN).

Já a cessão de crédito na CAIXA faz parte da política visando a recuperação de receitas decorrente de créditos de difícil recuperação.

#### 6.1.7.1 Securitização

O volume das concessões de financiamentos imobiliários na CAIXA ao longo dos últimos anos traz desafios para o seu *funding* no ponto de vista de adequação de prazos, custos e indexação.

A securitização dos créditos imobiliários tem sido, assim, fonte de suplementação de recursos para a sua carteira habitacional e um canal permanente para futuras necessidades de *funding*, sem perda de relacionamento estabelecido com os mutuários, uma vez que a administração dos contratos habitacionais permanece na CAIXA.

Até JUN/15, foram realizadas operações de securitização da carteira imobiliária que proporcionaram a reciclagem do ativo da CAIXA em R\$ 8.824.502 mil.

Até o momento, todas as operações de securitização de créditos próprios que a CAIXA conduziu foram de emissão de CRI, com classe Sênior e classe Subordinada, com créditos imobiliários como tipo de ativo subjacente, e em todas as operações a CAIXA adquiriu a totalidade dos CRI Subordinados emitidos.

As cessões dos créditos imobiliários propriamente ditas nestas operações normalmente são feitas ao par, de modo que não há ágio ou deságio na venda dos créditos. Parte destas cessões é paga em dinheiro (na proporção dos CRI Seniores emitidos) e parte em CRI Subordinados (na proporção dos CRI Subordinados emitidos), de modo que os eventuais ganhos financeiros das operações podem ocorrer em duas frentes:

- Investimento, pela CAIXA, do montante em dinheiro que for usado para o pagamento da cessão. Como montante não entra com destinação específica, os ganhos serão apurados na medida dos investimentos que forem efetuados;
- Rentabilidade dos títulos subordinados mantidos em carteira pela CAIXA, a qual é apurada ao longo do fluxo de recebimentos dos respectivos CRI.

A CAIXA possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização, sejam estruturados pela própria CAIXA, sejam estruturados por terceiros. A carteira atualmente é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), não havendo CRA ou cotas de FIDC na carteira.

Tabela 16 – Exposições Oriundas do Processo de Securitização

Tipo de Securitização	Tipo de Título	Classe de Título	Ativo Subjacente	R\$ Mil	
				Valor Contábil	
				jun/15	jun/14
Tradicional	CRI	Sênior	Créditos Imobiliários	165.707	198.000
Tradicional	CRI	Subordinada	Créditos Imobiliários	664.476	632.421
<b>Total</b>	-	-	-	<b>830.183</b>	<b>830.421</b>

Tabela 17 – Títulos Adquiridos em Mercado Secundário

Tipo de Securitização	Tipo de Título	Classe de Título	Ativo Subjacente	R\$ Mil	
				Valor Contábil	
				jun/15	jun/14
Tradicional	CRI	Série Única	Créditos Imobiliários	31.527	40.134

A CAIXA não realizou operações de securitização de créditos imobiliários próprios no 1º semestre de 2015.

O valor total das exposições de securitização e respectivo montante de  $RWA_{CPAD}$  constam nas tabelas a seguir:

Tabela 18 – Valor Total das Exposições de Securitização

Cessionário	Prudencial			Operacional		R\$ Mil
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
	<b>Securitizadoras</b>	519.398	454.107	1.408.272	1.192.371	

Tabela 19 –  $RWA_{CPAD}$  Securitização

Cessionário	Prudencial			Operacional		R\$ Mil
	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	
	<b>Securitizadoras</b>	1.143.375	1.177.454	4.798.160	2.390.845	

As operações de securitização representam 0,66% do valor da carteira de TVM e 0,001% do valor da carteira de negociação, estando expostas ao Cupom TR.

Na carteira de negociação, seu risco é calculado diariamente por meio do Modelo Interno de *VaR*, adotado sob a abordagem Delta-Normal e sua acurácia medida pelo teste de aderência.

Também são avaliados por Teste de Estresse que afere a probabilidade de perdas em cenários adversos, auxiliando na tomada de decisão quanto à necessidade de revisão de modelos e dos limites de exposição a risco.

O risco desses ativos impacta na parcela de ativos ponderados pelo risco das exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxas de juros ( $RWA_{JUR4}$ ).

O risco de mercado dos títulos não classificados na carteira de negociação – *Banking Book* é mensurado mensalmente por meio da metodologia *Economic Value of Equity – EVE* que calcula a perda do valor do patrimônio econômico a partir da aplicação de variações nas taxas de juros. Os testes de estresses são efetuados de acordo com a legislação vigente, estabelecida na Circular BACEN nº 3.365/2007.

## 6.2 Risco Operacional

### 6.2.1 Estrutura de Gerenciamento

A Resolução CMN nº 3.380, de 29/06/2006, define o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de Sistema Corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em Manuais Normativos na CAIXA.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crises, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

### 6.2.2 Ambiente Adequado e Processo de Gerenciamento

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição e as macroatividades executadas a fim de garantir o efetivo gerenciamento são:

- Desenvolver metodologias para identificar, mapear e controlar os riscos operacionais existentes nos processos, produtos, serviços, canais e projetos;
- Identificar e mapear os riscos operacionais existentes na CAIXA;
- Propor e criar ações de mitigação do risco operacional nos processos, produtos, serviços, canais e projetos;
- Calcular a alocação de capital econômico e regulamentar para risco operacional;
- Controlar, propor limites e reportar a exposição da CAIXA aos riscos e às perdas operacionais, desenvolver e aplicar metodologias para mensurar a exposição ao risco operacional;
- Definir padrão e método para identificação dos riscos de interrupção dos negócios;
- Propor, implantar, manter e controlar a efetividade do Programa de Continuidade de Negócios CAIXA;
- Gerir a Segurança da Informação da CAIXA;
- Coordenar o Grupo de Gestão de Crise.

### 6.2.3 Disseminação da Cultura de Gerenciamento do Risco Operacional

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional na CAIXA, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade CAIXA, sendo um módulo básico e outro avançado.

Também fazem parte dessa disseminação cursos presenciais em Gestão de Continuidade dos Negócios e Segurança da Informação, ministrados conforme demanda das unidades. Desde 2013 noções sobre estes temas são repassadas aos novos empregados no curso de integração (treinamento realizado por todos os funcionários contratados antes de direcionamento à primeira unidade de lotação física).

Estão disponíveis, ainda, normas internas referentes à Política de Segurança da Informação, Política de Continuidade dos Negócios, além de outros normativos sobre os procedimentos associados ao ciclo de gestão do risco operacional e aos planos de ação para mitigação desse risco.

#### 6.2.4 Programa de Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade dos Negócios – PCN é um programa evolutivo contínuo e tem por objetivo assegurar a redução dos riscos corporativos a níveis razoáveis e reiniciar os processos de negócios críticos, antes que impactos e prejuízos financeiros, operacionais e de imagem atinjam níveis inaceitáveis.

Desde sua criação, baseia-se nas boas práticas de mercado, nas normas ISO 22301 e NBR 15999, e nos modelos adotados pelos institutos internacionais *Disaster Recovery Institute International* – DRII e *Business Continuity Institute* – BCI.

O PCN CAIXA é composto por um grupo de ações estruturadas que visam conhecer a organização, definir as estratégias de continuidade dos negócios, desenvolver e implementar ações para respostas tempestivas a interrupções, realizar testes e manter os planos, promovendo as revisões necessárias e desenvolver cultura de continuidade dos negócios.

O desenvolvimento destas ações, de forma sistemática, possibilita que a CAIXA atue preventivamente, por meio da prospecção de cenários e do desenvolvimento de planos e de mecanismos que reduzem a exposição aos riscos, possibilitando atuação rápida e eficaz quando da ocorrência de uma interrupção, garantindo aos clientes alto grau de disponibilidade dos serviços e segurança nos negócios realizados.

O PCN CAIXA define as necessidades de pessoal, de infraestrutura, de recursos tecnológicos e documenta os procedimentos operacionais e de contingência que permitem à CAIXA manter sua capacidade de funcionamento mesmo após a ocorrência de um desastre.

#### 6.2.5 Exigência de capital para Risco Operacional

##### 6.2.5.1 Modelos padronizados

O cálculo da exigência de capital para risco operacional no Brasil pode ser realizado por uma das três metodologias definidas pelo BACEN: Abordagem do Indicador Básico – BIA, Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

Na Abordagem BIA, a exigência de capital é estabelecida pela média do resultado bruto positivo dos três últimos exercícios, ponderado por um fator *alfa* de 15%.

Na Abordagem ASA, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do Indicador Alternativo de Exposição – IAE, saldo positivo das linhas de negócio comercial e varejo e do Indicador de Exposição – IE, resultado, positivo das demais linhas de negócio, ambos multiplicados por um fator de ponderação *beta* definido para cada uma dessas linhas, conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas nas linhas de negócio, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação e, se uma operação não puder ser distribuída em

uma das linhas de negócio, essa operação é alocada em uma das linhas de negócio cujo fator de ponderação *beta* corresponda a 0,18.

Na Abordagem ASA2, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do IAE positivo das linhas de negócio comercial e varejo agregadas e um IE positivo das demais linhas de negócio multiplicadas, respectivamente pelos fatores 0,15 e 0,18. A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas entre o IAE e o IE, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação.

A CAIXA desenvolveu os três modelos de cálculo em ferramenta interna e adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa – ASA. Os valores alocados do 2º semestre de 2011 ao 1º semestre de 2015 são apresentados a seguir:

Tabela 20 - Risco Operacional –  $RWA_{OPAD}$

Semestre	R\$ Mil							
	1º/2015 <sup>1</sup>	2º/2014	1º/2014	2º/2013	1º/2013	2º/2012	1º/2012	2º/2011
$RWA_{OPAD}$	33.593.240	20.267.239	20.376.041	19.752.990	19.188.863	18.201.163	17.408.915	16.636.879
Capital Alocado	3.695.256	2.229.396	2.241.364	2.172.829	2.110.775	2.002.128	1.914.981	1.830.057

<sup>1</sup> Considera o conglomerado prudencial.

A partir de janeiro de 2015, as instituições financeiras estão também obrigadas a calcular a exigência de capital para risco operacional do Conglomerado Prudencial com o objetivo de melhor refletir as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos decorrentes das operações consolidadas. O valor alocado para o 1º semestre de 2015 foi R\$ 3.695.256 mil e o  $RWA_{OPAD}$  foi R\$ 33.593.239 mil.

#### 6.2.5.2 Métodos Avançados – AMA

Os métodos avançados são baseados em metodologia desenvolvida pela própria Instituição com base em critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos pelo BACEN, sendo que a adoção dessa abordagem requer um estágio avançado de gestão de risco operacional, período de avaliação dos resultados e prévia autorização do órgão regulador.

A CAIXA pretende migrar para utilização de modelo interno e, para tanto, desenvolve uma metodologia baseada na *Loss Distribution Approach* – LDA, em que as distribuições de frequência e severidade dos eventos de risco operacional são usadas para o cálculo da alocação de capital.

O cálculo de alocação de capital pelo método avançado pressupõe a combinação de quatro elementos-chave: base de dados interna de perdas decorrentes de eventos de risco operacional; base de dados externa; realização de análise de cenários; e indicadores de ambiente de negócios e de controle interno.

Nesse sentido, a CAIXA está desenvolvendo o sistema *Rating* de Risco Operacional, ferramenta que tem por objetivo quantificar os indicadores de ambientes de negócios e de controles internos, além de servir de base para a gestão da exposição das suas unidades ao risco operacional. O sistema de *Rating* é o primeiro passo para a integração dos quatro elementos no modelo interno de mensuração de capital.

A CAIXA está desenvolvendo sistema corporativo modulado destinado à mensuração e ao gerenciamento do risco operacional. Os módulos Base de Dados Interna – BDI, Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – BEICF, Cenários estão em produção.

Este sistema está estruturado de modo que as informações qualitativas e quantitativas sejam mantidas em uma única ferramenta e em um ambiente tecnológico comum, permitindo que haja a interação entre a área gestora do risco operacional e as diversas áreas fornecedoras de informações gerenciais desse risco.

## 6.3 Risco de Mercado

### 6.3.1 Estrutura de Gerenciamento

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA, em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014, abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco e segrega suas operações em classificadas e não classificadas na carteira de negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.354/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A mensuração do risco de mercado desta carteira é realizada diariamente e sua principal métrica é o *VaR*.

As operações não classificadas na carteira de negociação são preponderantemente provenientes do negócio bancário. Tem, como princípios gerais, a sua manutenção até o vencimento e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A CAIXA adota a metodologia *Economic Value of Equity – EVE* para o cálculo da perda de valor do patrimônio econômico destas operações a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados teste de estresse, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados são considerados na revisão da política de riscos, dos limites e da adequação de capital da CAIXA.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de mercado estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### 6.3.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições ao risco de mercado visam minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, bem como preservar a adequada estrutura de capital.

O nível de risco de mercado aceito pela Instituição é definido por meio de um conjunto de limites de exposição aprovados pela Alta Administração.

As estratégias e os limites de risco de mercado são revisados no mínimo anualmente, a fim de manter sua aderência aos objetivos institucionais e empresariais e as exposições em níveis adequados às estratégias de negócios, aos resultados e à estrutura de capital da CAIXA.

Os riscos de mercado associados a novos produtos ou operações são identificados previamente ao seu lançamento ou reposicionamento, quando é realizada análise da necessidade de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição.

### 6.3.3 Carteira de Negociação

O início da mensuração do risco de mercado das operações classificadas na carteira de negociação ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos.

Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela Instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio de estruturas a termo de taxas de juros, que são estimadas a partir de informações de taxas ou preços obtidas em fontes primárias, e tem como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para os papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e observando as melhores práticas de mercado.

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do *VaR* modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

Para este cálculo, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados *Exponentially Weighted Moving Average – EWMA*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro *lambda* escolhido, desde que o resultado do *VaR* seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec.

É considerada violação o resultado negativo, perdas não realizadas, maior que o *VaR* projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

O programa de testes de aderência é importante ferramenta para a melhoria contínua dos modelos de *VaR* e da metodologia de marcação a mercado.

Uma vez que o *VaR* apresenta reconhecidas limitações como modelo único de mensuração de risco, principalmente porque envolve apenas cenários de normalidade, os testes de estresse complementam a visão fornecida pelo cálculo do *VaR*, possibilitando entender potenciais perdas em situações específicas cuja probabilidade de ocorrência é menor, mas cujas perdas podem ser expressivas.

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas, respectivamente.

Para o período compreendido entre 2000 e 2003 os cenários de estresse históricos são vinculados a datas conhecidas nas quais ocorreram eventos que geraram variações significativas no mercado de juros, com a construção de cenário pré-definido de choques multiplicativos para cada data, que são aplicados às curvas de mercado da data para cálculo do *VaR* de Estresse.

A análise de cenários históricos posteriores a 2003 se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo consiste em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria – VIFIC com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital, para que possam alimentar os modelos de risco.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Adicionalmente, a CAIXA realiza análises de sensibilidade, que podem ser definidas como uma técnica que permite verificar as variações no valor da carteira de negociação com o uso de um modelo de simulação a partir de alterações nas taxas dos fatores primitivos de risco. É realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

### 6.3.3.1 Exposição, VaR e Parcela RWA

A carteira de negociação da CAIXA é composta por operações, títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos, detidos com a intenção de negociação ou destinados a *hedge* de outros instrumentos desta carteira e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

A exposição desta carteira, excluídas as operações compromissadas, foi de R\$ 108.345.357 mil, redução na ordem de 1,7% em relação ao trimestre anterior.

A exposição prefixada, resultante da diferença entre as posições de títulos e derivativos, aumentou de R\$ 5.755.028,3 mil para R\$ 8.076.347,3 mil, porque houve redução da posição em contratos futuros de DI de R\$ 95.584.677 mil para R\$ 91.795.047 mil no final do trimestre.

Tabela 21 - Risco de Mercado - Exposição da Carteira de Negociação

	R\$ Mil				
Composição	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Prefixado Títulos	99.871.395	101.339.705	101.195.726	102.642.828	103.151.497
Prefixado Derivativos	(91.795.047)	(95.584.677)	(99.109.787)	(63.130.114)	(92.357.276)

Data-base: 30 de junho de 2015.

Composição	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Pós-fixado Derivativos	91.795.047	95.584.677	99.109.787	63.130.114	92.357.276
Pós-fixado Títulos	8.420.244	8.770.899	6.193.427	5.768.509	5.519.109
Índice de Preços	52.379	157.348	141.914	116.141	14.151
Taxa Referencial (TR)	1.340	1.541	1.778	2.057	2.296
<b>Exposição sem OC<sup>1</sup></b>	<b>108.345.357</b>	<b>110.269.494</b>	<b>107.532.845</b>	<b>108.529.535</b>	<b>108.687.053</b>
Prefixado OC <sup>1</sup>	(98.744.042)	(85.519.185)	(65.002.742)	(73.651.211)	(78.734.299)
Pós-fixado OC <sup>1</sup>	(25.728.165)	(25.276.462)	(24.697.830)	(23.902.230)	(16.006.964)
<b>Exposição Carteira de Negociação</b>	<b>(16.126.850)</b>	<b>(526.153)</b>	<b>17.832.274</b>	<b>10.976.094</b>	<b>13.945.790</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas.

A metodologia de *VaR* adotada é a de modelo híbrido, com período de manutenção de 01 dia e grau de confiança de 99%. Nesse modelo, o *VaR* escolhido será o maior valor entre o calculado pela variância amostral e o calculado pelo EWMA com  $\lambda$  0,94.

Apesar do aumento da exposição em títulos prefixados, o *VaR* diminuiu de R\$ 19.189,1 mil para R\$ 16.296,2 mil devido à queda na volatilidade da taxa de juros em relação ao período anterior.

Tabela 22 – Risco de Mercado – *VaR* por Fator de Risco

Fator de Risco	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
Cupom IGPM	-	-	-	-	-
Cupom IPCA	49	326	270	388	1
Cupom SELIC	(2)	(11)	0	0	0
Cupom TR	0	1	0	1	1
Pré	16.249	18.874	8.546	13.994	10.425
<b><i>VaR</i></b>	<b>16.296</b>	<b>19.189</b>	<b>8.816</b>	<b>14.382</b>	<b>10.427</b>

Na CAIXA, o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) relativo às exposições ao risco de mercado é composto pelas parcelas:  $RWA_{CAM}$  (parcela referente ao risco das exposições em moeda estrangeira e ativos e passivos sujeitos à variação cambial);  $RWA_{JUR}$  que é o somatório das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real ( $RWA_{JUR1}$ ), dos cupons de índices de preços ( $RWA_{JUR3}$ ) e da taxa de cupons de juros ( $RWA_{JUR4}$ ).

O requerimento de Patrimônio de Referência para o risco de mercado, composto por PCAM e PJUR, aumentou em relação ao MAR/15.

O montante de ativos ponderados pelo risco de mercado ( $RWA_{MPAD}$ ) aumentou em relação ao trimestre anterior. Destaque para o aumento da parcela  $RWA_{CAM}$ , em função da redução do valor de mercado das disponibilidades externas devido à desvalorização do Dólar.

Uma vez que a CAIXA não opera com *commodities* e não detém posições em ações em sua carteira de negociação, não se constituem parcelas de  $RWA_{COM}$  (ativo ponderado pelo risco a exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias) e  $RWA_{ACS}$  (ativo ponderado pelo risco a exposições sujeitas a variação do preço de ações).

Tabela 23 – Risco de Mercado – Evolução da Parcela RWA

	R\$ Mil				
Parcela	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
RWA <sub>JUR</sub>	1.756.766	1.740.350	1.985.813	3.468.831	1.631.057
RWA <sub>JUR[1]</sub>	1.711.495	1.460.460	1.746.141	3.265.763	1.625.308
RWA <sub>JUR[2]</sub>	-	-	-	-	-
RWA <sub>JUR[3]</sub>	44.712	279.207	238.837	202.034	4.519
RWA <sub>JUR[4]</sub>	558	682	835	1.034	1.229
RWA <sub>COM</sub>	-	-	-	-	-
RWA <sub>ACS</sub>	-	-	-	-	-
RWA <sub>CAM</sub>	1.811.071	1.229.740	1.000.888	2.349.432	335.130
<b>RWA<sub>MPAD</sub></b>	<b>3.567.837</b>	<b>2.970.089</b>	<b>2.986.701</b>	<b>5.818.264</b>	<b>1.966.187</b>

### 6.3.3.2 Limites de Exposição

A CAIXA estabelece limites de exposição e concentração a risco de mercado em zonas temporais, por fator primitivo de risco e valor em risco de mercado – *VaR* de mercado.

Os limites de exposição aos riscos de mercado da carteira de negociação são monitorados diariamente e as violações devem ser reportadas pela SN Administração de Risco Corporativo, no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência, ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

### 6.3.4 Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III, as operações compromissadas, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura e as operações passivas de captações e depósitos.

As operações ativas das carteiras comercial e de saneamento e infraestrutura são agrupadas de acordo com suas características comuns, enquanto que as ativas da carteira habitacional são agrupadas de acordo com suas regências de evolução.

São denominadas operações passivas com vencimento definido aquelas para as quais existe a condição de pagamento em data pré-estabelecida e os rendimentos prefixados ou pós-fixados são definidos.

Os fluxos de caixa dessas operações são obtidos mediante decomposição das operações em uma estrutura temporal equivalente de recebimentos e pagamentos, considerando as datas de vencimento contratadas.

As operações passivas sem vencimento não apresentam definição da condição de pagamento em data pré-estabelecida ou, apesar de apresentarem uma data de pagamento pré-estabelecida, têm uma característica de perpetuação do volume captado, podendo, em ambos os casos, ser acrescidas de rendimentos nos termos do contrato.

O modelo de previsão dos fluxos das operações sem vencimento utiliza técnicas específicas para fins de mensuração do nível de exposição da CAIXA ao risco de mercado.

Para as operações de caderneta de poupança optou-se pela técnica da carteira replicante pela ótica do ativo para a estimação dos fluxos, onde se busca investir os recursos captados segundo as regras de direcionamento dos recursos da poupança. Um dos benefícios desta técnica é a aderência às características e ao comportamento histórico desses depósitos.

Para as demais operações passivas sem maturidade definida, em sua maioria depósitos judiciais e à vista, optou-se por aplicar técnica de esgotamento do saldo, diferente da utilizada para a poupança. Essa escolha fundamenta-se no fato desses depósitos não possuírem regras de direcionamento de recursos como os da poupança e apresentarem uma menor estabilidade de seus saldos, dificultando a alocação em ativos de médio e longo prazos (carteira replicante).

Os valores dos ativos e passivos que compõem os fluxos de caixa compreendem o principal, os juros e os demais valores relacionados a cada operação, devendo estes fluxos serem marcados a mercado mediante a utilização da estrutura temporal das taxas de juros que represente as taxas em vigor no mercado no dia útil imediatamente anterior.

Para mensurar o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a CAIXA adota a metodologia *Economic Value of Equity – EVE*, que calcula a perda de valor do patrimônio econômico em risco, a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira *banking* a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

#### 6.3.4.1 Risco de Taxa de Juros

Com o propósito de assegurar que o Patrimônio de Referência seja suficiente para fazer frente aos riscos de taxas de juros assumidos, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.365/2007, a CAIXA adota modelo proprietário para o cálculo do requerimento de capital para as operações não classificadas na carteira de negociação sujeitas ao risco de taxas de juros – Parcela  $R_{BAN}$ .

A metodologia *Economic Value of Equity – EVE* é utilizada para calcular a perda de valor do patrimônio econômico em risco para o horizonte de um ano, a partir da aplicação de variações nas taxas de juros. A parcela  $R_{BAN}$  – totalizou R\$ 8.381.100,5 mil, representando 10,8% do Patrimônio de Referência.

Tabela 24 - Risco de Mercado - Parcela  $R_{BAN}$

	R\$ Mil				
Fator de Risco	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014
PRE	3.343.720	3.465.336	3.322.788	3.271.334	3.056.281
IPCA	526.845	450.095	359.823	494.667	426.421
TR	5.590.967	5.004.233	3.834.887	2.096.566	2.128.936
TJLP	(976.777)	(846.385)	(876.102)	(820.626)	(1.437.272)
Outros <sup>1</sup>	(103.654)	(94.756)	(80.313)	(27.700)	2.455
<b>Capital Alocado</b>	<b>8.381.101</b>	<b>7.978.522</b>	<b>6.561.083</b>	<b>5.014.240</b>	<b>4.176.822</b>
Patrimônio de Referência – PR	77.543.601	77.695.819	79.402.213	74.013.915	68.203.566
<b>% PR</b>	<b>10,8%</b>	<b>10,3%</b>	<b>8,3%</b>	<b>6,8%</b>	<b>6,1%</b>

<sup>1</sup> Outros: DOLAR, IGPM, INPC, TBF.

O risco desta carteira se origina das posições ativas dos fatores de risco Prefixado e Cupom TR, sendo impactado pela alta das taxas de juros e minimizado pelas posições passivas indexadas à TJLP.

O crescimento da exposição ao risco de taxa de juros das operações indexadas à TR, cujo requerimento de capital foi de R\$ 5.590.966,8 mil, é explicado pelo perfil de longo prazo da carteira habitacional com recursos do SBPE e pelo seu crescimento em volume e velocidade superior à captação de poupança.

A exposição prefixada demandou requerimento de capital de R\$ 3.343.720,0 mil, devido principalmente ao descasamento gerado pelos empréstimos da carteira comercial que possuem como *funding* a captação em depósitos a prazo, na sua maioria indexada ao CDI.

A redução da exigência de capital referente ao fator de risco Cupom TJLP – R\$ 976.777,3 mil, resulta da posição passiva em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD – firmados com a União

O teste de estresse é realizado, mensalmente, em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

Tabela 25 – Risco de Mercado – R<sub>BAN</sub> – Teste de Estresse

R\$ Mil					
Fator de Risco	MtM	MtM Estresse 1%	MtM Estresse 99%	Varição 1%	Varição 99%
PRÉ	194.589.348	202.675.754	183.916.431	8.086	(10.673)
Cupom TR	(1.742.975)	(3.586.975)	(1.497.887)	(1.844)	245
Cupom DOLAR	38.655.663	44.972.396	31.495.923	6.317	(7.160)
Outros <sup>1</sup>	4.224.194	3.515.220	4.776.071	(709)	552
<b>Total</b>	<b>235.726.230</b>	<b>247.576.395</b>	<b>218.690.537</b>	<b>11.850</b>	<b>(17.036)</b>

<sup>1</sup> Outros: DOLAR, IGPM, INPC, TBF.

PR	Variação do MtM (R\$ Milhões)		% em relação ao PR <sup>2</sup>	
	Percentil 1%	Percentil 99%	Percentil 1%	Percentil 99%
<b>77.543.601</b>	<b>11.850.165</b>	<b>(17.035.692)</b>	<b>15,3%</b>	<b>22,0%</b>

<sup>2</sup> Em valor absoluto.

Para as ações negociadas em bolsa e não classificadas na carteira de negociação, a exigência de capital, para fins regulatórios, é realizada por meio da avaliação do risco de crédito desses ativos.

#### 6.3.4.2 Limites de Exposição

Os limites de risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação são estabelecidos para exigência de capital, fator primitivo de risco e zonas temporais.

O monitoramento dos limites de exposição das operações não classificadas na carteira de negociação é explicitado por meio de relatórios mensais e as extrapolações reportadas ao Comitê Delegado de Risco e de Capital pela SN Administração de Risco Corporativo na reunião do mês subsequente à ocorrência.

#### 6.3.5 Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos

A CAIXA utiliza os Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD registrados em contas patrimoniais e contas de compensação destinados a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

As operações com derivativos são mantidas exclusivamente para *hedge* das operações ativas e passivas, predominantemente da carteira de negociação.

O *hedge* deve ser efetivado com a utilização de derivativos, por meio de operações de compra ou de venda de contratos futuros, operações de *swap* e/ou com ativos ou passivos que tenham fluxo de pagamentos compatível com o fluxo do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

Em relação ao risco de mercado associado às variações de taxas de juros, a CAIXA opera no mercado de derivativos financeiros, principalmente com contratos futuros de DI de 1 dia e *swap*, visando aumentar a rentabilidade da carteira de negociação, se beneficiando das oscilações de preço dos ativos em mercado, tendo como base os cenários elaborados pela área de planejamento financeiro e das consultorias contratadas pela CAIXA, assim caracterizando um *hedge* financeiro.

O total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentado entre posições compradas e vendidas, é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 26 – Risco de Mercado – Operações com Derivativos Realizadas no Brasil

					R\$ Mil					
Fator de Risco	Operação	Posição	Carteira*	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014		
Taxa de Juros	Cupom IPCA	SWAP IPCA x DI	Comprada	2	1.151.058	1.071.878	1.011.975	1.008.291	925.816	
			Vendida	1	91.795.047	95.584.677	99.109.787	63.130.114	92.357.276	
	Prefixado	DOL	Vendida	2	-	-	-	-	-	
			Comprada	2	94.083	96.859	80.039	61.664	55.838	
	Cupom Dólar	DOL	Vendida	2	94.083	96.859	80.039	61.664	55.838	
			Comprada	2	-	-	-	-	-	
	Taxa de Câmbio	Dólar EUA	SWAP DOL x DI	Comprada	2	14.380.175	14.805.345	9.960.132	7.999.609	7.261.004
				Comprada	2	14.380.175	14.805.345	9.960.132	7.999.609	7.261.004
Dólar EUA		DOL	Vendida	2	94.083	96.859	80.039	61.664	55.838	
			Comprada	2	-	-	-	-	-	
Outros Fatores de Risco	CDI	DI 1 dia	Comprada	1	91.795.047	95.584.677	99.109.787	63.130.114	92.357.276	
			SWAP DOL x DI	Vendida	2	12.386.471	11.969.852	9.062.189	7.653.867	7.503.535
				SWAP IPCA x DI	Vendida	2	1.156.203	1.113.913	1.057.999	1.029.073

\* 1 – Carteira de Negociação; 2 – Carteira de Não Negociação.

## 6.4 Risco de Liquidez

### 6.4.1 Estrutura de Gerenciamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e nº 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

#### 6.4.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam preservar a solvência, liquidez, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia e ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

## 6.5 Demais Riscos Relevantes

### 6.5.1 Risco de Estratégia

De acordo com a Circular BACEN nº 3.547/11, o risco de estratégia decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas de decisão.

Na visão da CAIXA, quanto mais consistentes as ferramentas de monitoramento e controle do Plano Estratégico e quanto melhor for sua capacidade de adequar-se às mudanças do ambiente de negócios para continuar cumprindo sua missão rumo à visão de futuro, menor será o seu risco de estratégia.

Neste sentido, o risco de estratégia na CAIXA é mitigado por meio das ferramentas e instrumentos de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico.

O monitoramento e aferição dos resultados do planejamento estratégico levam, sempre que necessário, a revisões e correções de rumo, tanto no nível estratégico como no operacional. Essa atividade tem a capacidade de minimizar os efeitos de mudanças adversas no ambiente de negócios da CAIXA fazendo com que a instituição adote medidas específicas para assegurar sua sobrevivência, impondo revisões periódicas de seus Planos Estratégicos.

Considerando os resultados da CAIXA nos últimos anos e diante das evidências acerca da consistência da estrutura do Planejamento Estratégico da CAIXA, atrelados a um processo de monitoramento contínuo que possibilita identificar possíveis mudanças adversas no ambiente de negócios e implementar ações estratégicas capazes de transformar ameaças em oportunidades, até o momento, não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura do Risco de Estratégia.

### 6.5.2 Risco de Reputação

Reputação é o ato de inspirar credibilidade, confiança, sendo esta última relacionada não somente com atitudes concretas e objetivas, mas também com a percepção dos outros em relação a elas.

Para a CAIXA, o risco de reputação decorre da percepção dos seus clientes internos e externos em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

A mitigação do risco de reputação da CAIXA é essencialmente preventiva, ancorada em ações e políticas de relacionamento que contribuem para otimizar a percepção dos seus *stakeholders* em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

No ano de 2015 a Caixa foi apontada como a marca mais amada do Brasil no segmento Bancos, segundo pesquisa realizada pela Officina Sophia da *holding* HSR.

Ainda em 2015, a Caixa repetiu o feito de 2014, sendo eleita a marca de maior prestígio do setor financeiro do Brasil, segundo estudo realizado pelo Jornal Estado de São Paulo e a empresa Troiano Branding. Mesmo

em um cenário adverso com aumento nos saques na caderneta de poupança, a Caixa manteve seu *Market Share* em 2015.

Assim, diante da sólida imagem da instituição e das ações que as diversas áreas da CAIXA realizam para mitigar o risco de reputação, até o momento não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura deste risco.

### 6.5.3 Risco Atuarial

Entre demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de plano de saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o Risco Atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, por meio de processo licitatório contratou empresa de consultoria especializada para auxílio na elaboração do modelo de risco atuarial. O projeto encontra-se em fase de validação interna.

### 6.5.4 Risco Socioambiental

Para a CAIXA, o risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos produtos, serviços e processos da Instituição. As ações de controle do risco socioambiental implementadas na CAIXA estão atreladas às estratégias da empresa e compõem a gestão do risco dos seus negócios.

A CAIXA entende que o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades é considerado, identificado e mitigado dentro dos processos e operações das diversas áreas da empresa e reconhece que a construção da “cultura de sustentabilidade” dentro da organização é o caminho para alcançar a adequada gestão e controle dessa categoria de risco.

A permanente atualização das suas normas de conteúdo que busquem a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e do trabalho, e o atendimento aos protocolos nacionais e internacionais, evidenciam que a CAIXA mitiga o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades.

Neste sentido, em FEV/15 a Caixa publicou a nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014.

O objetivo da Política é assegurar a atuação sustentável da CAIXA e suas subsidiárias, a partir da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia, garantindo a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas.

Assim, a CAIXA adota práticas de governança que tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas, onde o desenvolvimento

socioambiental é responsabilidade de todas as áreas e prática de todos os empregados, como tema transversal que atinge tanto a Alta Administração como o corpo funcional.

## 7. Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN nº 3.988, de 30/06/2011, define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A Alta Administração da CAIXA e das empresas do conglomerado reconhecem que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A CAIXA considera os seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência do capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e da elaboração de Plano de Capital no horizonte de 3 anos, adotando, portanto, uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A CAIXA avalia e, quando necessário calcula, a necessidade de capital para cobertura do risco de crédito, mercado, operacional, taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, crédito de contraparte, concentração, liquidez, estratégia, reputação, socioambiental e demais riscos relevantes a que o conglomerado está exposto.

A CAIXA efetua simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) para avaliação de seus impactos no capital, considerando o resultado das simulações na definição dos limites de capital e na elaboração do Plano de Capital.

A CAIXA elabora relatórios periódicos sobre a adequação de capital para a Alta Administração, relatório anual com a descrição da estrutura de gerenciamento de capital, de acesso público, e fornece informações periódicas sobre capital para o supervisor, considerando a regulamentação e prazos vigentes para a devida evidenciação.

A CAIXA, periodicamente, valida o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital por unidade de validação independente e avalia o processo de gerenciamento de capital por unidade de auditoria interna.

### 7.1 Patrimônio de Referência

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência – PR compatível com os riscos de suas atividades, apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

O PR corresponde à soma do Nível I e do Nível II, sendo o Nível I segmentado em Capital Principal e Capital Complementar.

O Capital Nível I é considerado como um capital de melhor qualidade, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto que o Nível II seria capaz de absorção após constatada a inviabilidade da instituição.

Em JUN/15, o Patrimônio de Referência da CAIXA marcou R\$ 77.543.601 mil, redução de 0,2% em relação ao 1º trimestre de 2015 (MAR/15 – R\$ 77.695.819 mil).

O aumento nos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida decorre da incorporação de atualização monetária em ABR/15 após pagamento dos juros remuneratórios da competência 2014, compensado pelo excesso de Capital Principal Ajustado em relação ao Capital Social.

Tabela 27 – Capital – Detalhamento do PR

	R\$ Mil						
Descrição	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	Δ 12 M	Δ TRIM
<b>PR - Patrimônio de Referência</b>	77.543.601	77.695.819	79.402.213	74.013.915	68.203.566	13,7%	(0,2%)
<b>Nível I</b>	57.802.919	58.093.652	59.237.193	62.380.140	56.480.961	2,3%	(0,5%)
<b>Capital Principal – CP</b>	57.802.919	58.093.652	59.237.193	62.380.140	34.186.595	69,1%	(0,5%)
Patrimônio Líquido	62.523.487	62.338.470	62.090.724	64.389.892	36.244.519	72,5%	0,3%
<i>Capital Social</i>	22.054.803	22.054.803	22.054.803	22.054.803	22.054.803	-	-
<i>Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros</i>	6.622.075	6.228.695	7.281.656	4.278.458	4.272.873	55,0%	6,3%
<i>Lucros ou Prejuízos Acumulados</i>	1.599.075	782.212	-	2.055.183	2.126.099	(24,8%)	104,4%
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial, exceto de Hedge de Fluxo de Caixa</i>	(3.839.032)	(2.595.198)	(3.113.693)	133.490	(209.256)	1.734,6%	47,9%
<i>Ajustes de Derivativos - Hedge de Fluxo de Caixa</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>IHCD - Capital Principal</i>	36.086.566	35.867.958	35.867.958	35.867.958	8.000.000	351,1%	0,6%
Ajuste de Capital Principal Ajustado em Relação ao Capital Social	(198.111)						
Ajustes Prudenciais (com limitador previsto pelo Art. 11 da Res. CMN 4.192/2013, quando aplicável)	(4.522.457)	(4.244.818)	(2.853.531)	(2.009.752)	(2.057.924)	119,8%	6,5%
<b>Capital Complementar – CC</b>	-	-	-	-	22.294.366	(100,0%)	-
<i>IHCD – Capital Complementar (anteriores à Res. CMN 4.192/2013)</i>	-	-	-	-	27.867.958	(100,0%)	-
<i>IHCD – Dedução de Limitador (Art. 28 da Res. CMN 4.192/2013)</i>	-	-	-	-	(5.573.592)	(100,0%)	-
<b>Nível II</b>	19.740.682	19.602.167	20.165.020	11.633.775	11.722.605	68,4%	0,7%
Instrumentos de Dívida Subordinada	18.653.064	18.532.690	18.554.433	11.633.775	11.722.605	59,1%	0,6%
<i>Instrumentos de Dívida Subordinada (Dedução de 20% - Art. 27 da Res. CMN 4.192/2013)</i>	(800.796)	(840.273)				-	(4,7%)
Letras Financeiras Subordinadas	273.180	261.631	244.051	-	-	-	4,4%
<i>Letras Financeiras Subordinadas (Dedução de 20% - Art. 27 da Res. CMN 4.192/2013)</i>	(3.931)	(3.804)	(3.690)	-	-	-	3,3%
Notas Subordinadas	1.619.165	1.651.923	1.370.226	-	-	-	(2,0%)
<b>RWA – Ativos Ponderados pelo Risco</b>	554.171.966	532.995.218	493.956.341	482.713.538	514.339.926	7,7%	4,0%
<b>Índice de Capital Principal (CP/ RWA)</b>	10,43%	10,90%	11,99%	12,92%	6,65%	3,78 p.p.	-0,47 p.p.
<b>Índice de Nível I (Nível I / RWA)</b>	10,43%	10,90%	11,99%	12,92%	10,98%	-0,55 p.p.	-0,47 p.p.
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	13,99%	14,58%	16,07%	15,33%	13,26%	0,73 p.p.	-0,58 p.p.

A variação dos ajustes prudenciais nos últimos 12 meses deve-se, principalmente, ao aumento no fator de dedução dos ajustes prudenciais de 20% a.a. para 40% a.a. a partir de JAN/15, conforme art. 11 da Resolução CMN nº 4.192/13.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a dedução relativa aos ajustes prudenciais será realizada na sua totalidade (100%).

O quadro a seguir detalha a composição dos ajustes prudenciais que impactam o PR da CAIXA.

Tabela 28 – Capital – Detalhamento dos Ajustes Prudenciais

		R\$ Mil						
	Descrição	jun/2015	mar/2015	dez/2014	set/2014	jun/2014	Δ 12 M	Δ TRIM
<b>A</b>	<b>Ativos Intangíveis (B*C)</b>	<b>810.914</b>	<b>785.087</b>	<b>375.227</b>	<b>203.834</b>	<b>162.322</b>	<b>399,6%</b>	<b>3,3%</b>
B	Ativos Intangíveis - Constituídos a partir de OUT/13	2.027.286	1.962.718	1.876.133	1.019.168	811.609	149,8%	3,3%
C	<i>Phase in</i> - Art. 11 da Res. CMN 4.192/2013	40%	40%	20%	20%	20%		
<b>D</b>	<b>Créditos Tributários - Prejuízo Fiscal e CSLL ((E*G)+F)</b>	<b>554.298</b>	<b>579.641</b>	<b>336.006</b>	<b>294.775</b>	<b>338.226</b>	<b>63,9%</b>	<b>(4,4%)</b>
E	Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e CSLL - Inferior a 10% do Nível I sem Ajustes Prudenciais (Inciso II do Art. 12 da Res. CMN 4.192/2013)	1.385.746	1.449.102	1.680.031	1.473.877	1.691.130	(18,1%)	(4,4%)
F	Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e CSLL - Superior a 10% do Nível I sem Ajustes Prudenciais (Inciso II do Art. 12 da Res. CMN 4.192/2013)	-	-	-	-	-	-	-
G	<i>Phase in</i> - Art. 11 da Res. CMN 4.192/2013	40%	40%	20%	20%	20%		
<b>H</b>	<b>Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos em Assemelhadas ((J+L)*M)</b>	<b>2.209.728</b>	<b>1.370.658</b>	<b>597.414</b>	<b>46.143</b>	<b>670.349</b>	<b>229,6%</b>	<b>61,2%</b>
I	Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias - Dentro do Limitador (§2º do Art. 5º da Res. CMN 4.192/2013)	6.001.265	5.946.431	5.983.461	6.242.628	3.201.950	87,4%	0,9%
J	Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias - Acima do Limitador (§2º do Art. 5º da Res. CMN 4.192/2013)	5.524.320	3.426.644	2.987.068	230.713	3.181.066	73,7%	61,2%
K	Investimentos Superiores a 10% do Capital Social de Sociedade Seguradora - Dentro do Limitador (§2º do Art. 5º da Res. CMN 4.192/2013)	2.399.648	2.612.357	2.437.271	2.232.189	1.926.039	24,6%	(8,1%)
L	Investimentos Superiores a 10% do Capital Social de Sociedade Seguradora - Acima do Limitador (§2º do Art. 5º da Res. CMN 4.192/2013)	-	-	-	-	170.678	(100,0%)	-
M	<i>Phase in</i> - Art. 11 da Res. CMN 4.192/2013	40%	40%	20%	20%	20%		
<b>N</b>	<b>Investimentos em Instituições Financeiras (O+P)</b>	<b>879.655</b>	<b>1.509.432</b>	<b>1.544.884</b>	<b>1.465.000</b>	<b>887.027</b>	<b>(0,8%)</b>	<b>(41,7%)</b>
O	Instrumentos de Captação Emitidos por IF	879.455	1.508.821	1.544.265	1.464.453	886.485	(0,8%)	(41,7%)
P	Participações no Exterior	200	611	619	547	542	(63,1%)	(67,3%)
<b>Q</b>	<b>Ajustes da Resolução 4.277/13</b>	<b>67.862</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Total Ajustes Prudenciais (A + D + H + N + Q)</b>	<b>4.522.457</b>	<b>4.244.818</b>	<b>2.853.531</b>	<b>2.009.752</b>	<b>2.057.924</b>	<b>119,8%</b>	<b>6,5%</b>

A tabela a seguir apresenta simulação da implementação em JUN/15 de todas as regras de Basileia III previstas até 2019 (coluna Basileia III *full*).

Nesta simulação, o Índice de Basileia seria de 12,69%, penalizado pelo aumento dos ajustes prudenciais, principalmente ativos intangíveis e crédito tributário. Ainda assim, o indicador permaneceria acima tanto do requerimento mínimo regulatório quanto do mínimo prudencial estabelecido pela CAIXA.

Tabela 29 – Capital – Simulação Basileia III Full

Descrição	R\$ Mil	
	jun/15	
	Apurado	Basileia III Full <sup>1</sup>
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>77.543.601</b>	<b>70.301.835</b>
<b>Nível I</b>	<b>57.802.919</b>	<b>50.561.153</b>
<b>Capital Principal - CP</b>	<b>57.802.919</b>	<b>50.561.153</b>
Patrimônio Líquido	62.523.487	62.523.487
Ajuste de Capital Principal Ajustado em Relação ao Capital Social	(198.111)	(198.111)
Ajustes Prudenciais	(4.522.457)	(11.764.223)
<i>Ativos Intangíveis</i>	(810.914)	(3.089.901)
Adquiridos a partir de OUT/13	(810.914)	(2.027.286)
Adquiridos antes de OUT/13	-	(1.062.615)
<i>Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores em Assemelhadas</i>	(2.209.728)	(6.341.059)
<i>Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e CSLL</i>	(554.298)	(1.385.746)
<i>Investimentos em outras entidades</i>	(879.655)	(879.655)
<i>Ajustes da Resolução 4.277/13</i>	(67.862)	(67.862)
<b>Capital Complementar – CC</b>	-	-
<b>Nível II</b>	<b>19.740.682</b>	<b>19.740.682</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco – RWA</b>	<b>554.171.966</b>	<b>554.171.966</b>
<b>PR Mínimo Requerido - PRMR (RWA Total * Fator F)</b>	<b>60.958.916</b>	<b>58.188.056</b>
<b>R<sub>BAN</sub></b>	<b>8.381.101</b>	<b>8.381.101</b>
<b>Margem (PR - PRMR - RBAN)</b>	<b>8.203.584</b>	<b>3.732.678</b>
<b>Índice de Capital Principal (CP / RWA)</b>	<b>10,43%</b>	<b>9,12%</b>
<b>Índice de Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>10,43%</b>	<b>9,12%</b>
<b>Índice de Basileia (PR/RWA)</b>	<b>13,99%</b>	<b>12,69%</b>
<b>Fator F</b>	<b>11,00%</b>	<b>10,50%</b>

<sup>1</sup> Considera em JUN/15 a implementação de todas as regras de Basileia III previstas até 2019, conforme Resolução CMN nº 4.193/13.

Outras informações acerca da composição do Patrimônio de Referência podem ser verificadas no Anexo I deste relatório, também disponível no sítio da CAIXA.

### 7.1.1 Instrumentos Financeiros Subordinados

Os Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS são formas de captação de recursos utilizadas pelas instituições financeiras que podem ser contabilizadas no Patrimônio de Referência – PR. Tais instrumentos podem ser considerados elegíveis a compor tanto o Nível I (Capital Principal ou Capital Complementar) quanto o Nível II do PR, desde que observadas as características dispostas na Resolução CMN nº 4.192/13.

Além das informações a seguir, pode ser verificado no Anexo II deste relatório o detalhamento de cada um dos instrumentos financeiros subordinados que compõem o Patrimônio de Referência da CAIXA, também disponível no sítio da CAIXA.

#### 7.1.1.1 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal: IHCDs nº 348/07, 504/09, 752/12, 754/12, 868/13 e 869/13.

Os IHCDs nº 348/07, 504/09, 752/12 e 754/12 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do PR, observados os limitadores existentes à época.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos a esses contratos visando adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade dos instrumentos como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, os contratos passaram a ser considerados a partir da vigência da nova Resolução, outubro de 2013, como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicado como redutor, conforme previsto no art. 28 da Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os 04 contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da CAIXA e o redutor de 10% a.a. realizado até junho de 2014 deixou de ser aplicado.

Ainda, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois IHCDs no valor total de R\$ 8.000.000 mil (Contratos nº 868/13 de R\$ 3.000.000 mil e nº 869/13 de R\$ 5.000.000 mil), autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, quando passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação, conforme §2º art. 16 da Resolução CMN nº 4.192/13.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação.

Tabela 30 – Capital – IHCD

R\$ Mil				
Contrato	Principal	Atualização Monetária Jan a Jun 2015	Juros Remuneratórios Jan a Jun 2015	Total
348	7.411.895	122.361	240.605	7.774.861
504	7.564.073	124.873	247.291	7.936.237
752	6.800.000	-	81.543	6.881.543
754	6.310.598	-	75.675	6.386.272
868	3.000.000	-	35.975	3.035.975
869	5.000.000	-	59.958	5.059.958
<b>Total</b>	<b>36.086.566</b>	<b>247.234</b>	<b>741.048</b>	<b>37.074.848</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

#### 7.1.1.2 Instrumentos de Dívida Subordinada

A CAIXA possui 05 instrumentos de dívida subordinada contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, elegíveis ao Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, através da Resolução CCFGTS nº 748/14, de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000 mil, em tranches.

Em OUT/14 a CAIXA e o FGTS assinaram contrato referente à primeira tranche, no valor de R\$ 3.000.000 mil, e em DEZ/14 foi contratada a segunda tranche, no valor de R\$ 4.000.000 mil. Ambos os contratos assinados em 2014 foram autorizados pelo Banco Central do Brasil para composição do Patrimônio de Referência da CAIXA e passaram a configurar conjuntamente com os demais contratos autorizados no Nível II.

Tabela 31 – Capital – IDS

R\$ Mil

Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo devedor jun/15	Saldo devedor jun/14
20/02/2020	6,300%	out/2005	3.439.717	2.540.824	(1.976.561)	4.003.980	4.806.384
20/04/2026	5,996%	ago/2011	3.000.000	842.073	-	3.842.073	3.583.539
20/07/2032	5,082%	jun/2012	3.000.000	542.304	-	3.542.304	3.332.681
20/12/2033	5,149%	out/2014	3.000.000	134.178	-	3.134.178	-
20/02/2038	4,799%	dez/2014	4.000.000	130.529	-	4.130.529	-
<b>Total</b>			<b>16.439.717</b>	<b>4.189.908</b>	<b>(1.976.561)</b>	<b>18.653.064</b>	<b>11.722.604</b>

Sobre o valor total da dívida incide atualização monetária e juros capitalizados mensalmente.

### 7.1.1.3 Letras Financeiras Subordinadas

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 mil em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900 mil, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Tabela 32 – Capital – LFS

R\$ Mil

Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Saldo devedor jun/15	Saldo devedor jun/14 <sup>1</sup>
03/06/2020	110% CDI	jun/2014	500	70	570	-
03/06/2020	110% CDI	jun/2014	500	70	570	-
03/06/2020	110% CDI	jun/2014	4.000	559	4.559	-
03/06/2020	110% CDI	jun/2014	5.000	699	5.699	-
03/06/2024	100% IPCA	jun/2014	200.000	34.111	234.111	-
02/07/2019	110% CDI	jul/2014	17.400	2.255	19.655	-
20/12/2021	110% CDI	dez/2014	1.500	112	1.612	-
06/02/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/2015	1.200	94	1.294	-
20/02/2025	100% IPCA + 6,74%	fev/2015	1.200	81	1.281	-
26/02/2025	100% IPCA + 6,65%	fev/2015	1.200	77	1.277	-
27/02/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/2015	1.200	77	1.277	-
05/03/2025	100% IPCA + 6,45%	mar/2015	1.200	75	1.275	-
<b>Total</b>			<b>234.900</b>	<b>38.280</b>	<b>273.180</b>	<b>-</b>

<sup>1</sup> Passaram a compor o Patrimônio de Referência da CAIXA a partir de OUT/14.

### 7.1.1.4 Nota Subordinada

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US\$ 500.000 mil (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional em JUL/14, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação pelo Banco Central de não viabilidade do banco.

Tabela 33 – Capital – NS

							R\$ Mil	
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido <sup>1</sup>	Atualização monetária e juros	Provisão IR	Saldo devedor jun/15	Saldo devedor jun/14	
23/07/2024	7,250%	jul/2014	1.106.450	512.715	9.925	1.629.090	-	

<sup>1</sup> Captação de US\$ 500.000.000,00 (cotação em 23/07/2014, data da liquidação).

Em OUT/14 o BACEN considerou a NS elegível e o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

## 7.2 Adequação do Capital

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) foi regulamentado no Brasil pela Resolução CMN nº 3.988, de 30 de junho de 2011, que dispõe sobre a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos e parâmetros relativos ao Icaap foram, então, normatizados pela Circular BACEN nº 3.547, de 7 de julho de 2011.

O Icaap foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na norma e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao BACEN.

Resumidamente, o Icaap compreende dois aspectos principais: a identificação e mensuração dos riscos incorridos (cálculo da necessidade de capital) e a avaliação da suficiência do capital para suportar tais riscos (comparação entre o capital efetivamente mantido pela Instituição e a sua necessidade de capital), considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A CAIXA avalia a suficiência do seu capital por meio da 1) avaliação e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito, mercado, operacional, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito da contraparte e de concentração; 2) avaliação da necessidade de cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, 3) simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse).

Mais informações acerca da adequação de capital podem ser verificadas no Anexo I a este relatório, também disponível no sítio da CAIXA.

## 8. Comunicação e Informação sobre Riscos e Capital

Periodicamente são produzidos relatórios de risco para a Alta Administração, sejam estes relacionados ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de relatório de gerenciamento de capital.

A área gestora do risco de crédito de carteira reporta mensalmente e tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e Capital e gestores de produtos de crédito o comportamento da carteira de crédito e dos produtos, em relação aos indicadores de risco, incluindo informações sobre a evolução e volume da exposição, provisão e sua composição, atraso, perda e concentração, além de limites, apontando sugestões e recomendações quanto à mitigação do referido risco.

Ainda, nos relatórios de risco de crédito de carteira apresentados à Alta Administração são abordadas informações quanto a qualidade do crédito concedido, perda realizada, perda esperada, capital alocado para

o risco de crédito, matriz de transição do risco, de forma comparativa e evolutiva por segmento de crédito. Assim, permanecem disponíveis informações nas diversas granularidades de monitoramento de risco.

São elaborados relatórios sobre os riscos de mercado e de liquidez apresentando posição de risco, *VaR*, instrumentos por categoria, Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o  $RWA_{JUR}$ , títulos de tesouraria, fluxo de liquidez, dentre outras informações relevantes, com periodicidade pré-estabelecida e encaminhados para a Alta Administração e gerências que participam de processos/rotinas relacionadas aos riscos de mercado e de liquidez, além de encaminhar as informações regulamentares ao BACEN nos prazos estabelecidos.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada às Vice-Presidências de Riscos e de Finanças e Controladoria por meio de relatórios diários.

Semanalmente, o Conselho Diretor recebe relatório detalhado dos Programas de Testes de Aderência e de Estresse e da Análise de Sensibilidade dos modelos de risco de mercado.

Trimestralmente, é disponibilizado ao Conselho de Administração o Relatório de Gerenciamento de Riscos com demonstração dos níveis de exposição e dos riscos de mercado e de liquidez assumidos pela CAIXA, considerando cenários de normalidade e de estresse, e sua adequação aos limites estabelecidos pela Alta Administração.

Os relatórios de risco operacional trazem informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, mostrando a situação atual e a projeção para o ano, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de Sumário Executivo com o objetivo de apresentar os fatos relevantes, a situação atual e os resultados das medidas adotadas em relação aos riscos operacionais, a análise dos indicadores de perda e risco, e a avaliação sobre a necessidade da adoção de medidas pelos conselhos superiores.

Especificamente quanto ao risco operacional, mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de um Painel de Perdas, que apresenta a evolução e a variação, bem como os indicadores e as projeções.

Trimestralmente são apresentados relatórios de Risco Operacional que contém informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Adicionalmente, esses relatórios abordam as ações de Gestão de Continuidade de Negócios, as ações relativas à gestão de crises, os valores relativos à alocação de capital e os métodos de cálculo do capital necessário para fazer frente aos riscos operacionais que a CAIXA está exposta.

Em um cenário hipotético de violação do limite de perdas operacionais estabelecido, é realizado reporte extraordinário ao Comitê Delegado de Risco e Capital, explicando as causas que deram origem à extrapolação, bem como plano de ação para regularização da situação. Ainda, se as perdas atingirem a faixa de contingência estabelecida, será feito um alerta de Risco Operacional explicando as causas e processos envolvidos.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, Margem e RWA, bem como os principais parâmetros e indicadores (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de

Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídio para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

## Lista de Siglas

### A

ASA – Abordagem Padronizada Alternativa (Risco Operacional)

ASA2 – Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (Risco Operacional)

AUDAE – Auditoria Nacional de Atividades Especializadas

AUDIT – Auditoria Geral

### B

BACEN – Banco Central do Brasil

BCI – *Business Continuity Institute*

BDI – Base de Dados Interna

BEICF – Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos

BIA – Abordagem do Indicador Básico (Risco Operacional)

### C

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CAIXAPAR – CAIXA Participações S.A.

CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

CDRC – Comitê Delegado de Risco e de Capital

CMN – Conselho Monetário Nacional

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

### D

DECOR – Diretoria Executiva de Riscos

DRII – *Disaster Recovery Institute International*

### E

EGRC – Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

EVE – *Economic Value of Equity*

EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*

**F**

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FPR – Fatores de Ponderação de Risco

FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais

**I**

IAE – Indicador Alternativo de Exposição

Icaap – *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)

IDS – Instrumento de Dívida Subordinada

IE – Indicador de Exposição

IFD - Instrumento Financeiro Derivativo

IFS - Instrumento Financeiro Subordinado

IHCD – Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

**L**

LDA – *Loss Distribution Approach*

LFS – Letra Financeira Subordinada

**N**

NS – Nota Subordinada

**P**

PCN – Programa de Continuidade dos Negócios

PDD – Provisão para Devedores Duvidosos

PIS – Programa de Integração Social

PL – Patrimônio Líquido

PR – Patrimônio de Referência

**R**

R<sub>BAN</sub> – parcela de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação

RWA – *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)

RWA<sub>ACS</sub> – Componente da RWA<sub>MPAD</sub> referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações

RWA<sub>CAM</sub> – Componente da RWA<sub>MPAD</sub> referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial

RWA<sub>COM</sub> – Componente da RWA<sub>MPAD</sub> referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*)

RWA<sub>CPAD</sub> – Ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

RWA<sub>JUR</sub> – Componente da RWA<sub>MPAD</sub> referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real (RWA<sub>JUR1</sub>), dos cupons de índices de preços (RWA<sub>JUR3</sub>), e da taxa de cupons de juros (RWA<sub>JUR4</sub>)

RWA<sub>MPAD</sub> – Ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

RWA<sub>OPAD</sub> - ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco operacional sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

## S

SUCOI – Superintendência Nacional de Controle Institucional

SUCOR – Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo

SUREC – Superintendência Nacional de Recuperação de Crédito

SURIC – Superintendência Nacional de Risco de Crédito

## V

VICOR – Vice-Presidência de Riscos

VIFIC – Vice-Presidência de Finanças e Controladoria

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Balanço Patrimonial .....	6
Tabela 2 – Participações Societárias.....	11
Tabela 3 – Operações com Características de Concessão de Crédito .....	23
Tabela 4 – Concentração Maiores Exposições .....	24
Tabela 5 – Risco de Crédito – Regiões .....	24
Tabela 6 – Risco de Crédito – Setor Econômico .....	26
Tabela 7 – Risco de Crédito – Prazo a Decorrer .....	27
Tabela 8 – Risco de Crédito – Operações em Atraso por Região .....	27
Tabela 9 – Risco de Crédito – Operações em Atraso por Setor Econômico.....	28
Tabela 10 – Risco de Crédito – Provisão.....	28
Tabela 11 – Risco de Crédito – Valor Total Mitigado .....	29
Tabela 12 – Risco de Crédito – Exposição .....	29
Tabela 13 – Risco de Crédito – Valor da $RWA_{CPAD}$ .....	30
Tabela 14 – Risco de Crédito de Contraparte – Contratos e Aplicações .....	31
Tabela 15 – Carteira Ativa – Saldo das Exposições Adquiridas .....	32
Tabela 16 – Exposições Oriundas do Processo de Securitização.....	33
Tabela 17 – Títulos Adquiridos em Mercado Secundário.....	33
Tabela 18 – Valor Total das Exposições de Securitização.....	33
Tabela 19 – $RWA_{CPAD}$ Securitização.....	33
Tabela 20 - Risco Operacional – $RWA_{OPAD}$ .....	36
Tabela 21 - Risco de Mercado - Exposição da Carteira de Negociação .....	39
Tabela 22 – Risco de Mercado – $VaR$ por Fator de Risco .....	40
Tabela 23 – Risco de Mercado – Evolução da Parcela $RWA$ .....	41
Tabela 24 - Risco de Mercado - Parcela $R_{BAN}$ .....	42
Tabela 25 – Risco de Mercado – $R_{BAN}$ – Teste de Estresse .....	43

Tabela 26 – Risco de Mercado – Operações com Derivativos Realizadas no Brasil.....	44
Tabela 27 – Capital – Detalhamento do PR.....	49
Tabela 28 – Capital – Detalhamento dos Ajustes Prudenciais .....	50
Tabela 29 – Capital – Simulação Basileia III <i>Full</i> .....	51
Tabela 30 – Capital – IHCD .....	52
Tabela 31 – Capital – IDS .....	53
Tabela 32 – Capital – LFS .....	53
Tabela 33 – Capital – NS .....	54